EDITAL E ANEXOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026
MODO DE DISPUTA ABERTO

LICITAÇÃO DIFERENCIADA COM ITENS E COTA EXCLUSIVA A PARTIPAÇÃO DE MICOREMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, PARA ATENDIMENTO DO ARTIGO 48, § 3º DA LEI COMPLEMENTAR N° 147/2014.

REGIDO PELA LEI FEDERAL N°.14.133/21, REGULAMENTADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 041/2023, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR N° 147/2014, LEI COMPLEMENTAR Nº 155/2017.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2008001/2026	**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2026**
ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	**ÓRGÃOS PARTICIPANTES:** Secretaria Municipal de Cultura; Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca, Agropecuária e Abastecimento; Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Habitação; Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude; Secretaria Municipal de Segurança Pública e Mobilidade Urbana; Secretaria Municipal da Mulher; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, trabalho, e Economia Solidária; Secretaria Municipal de Saúde; Secretário Municipal de Indústria, Comércio, Emprego, Renda e Turismo; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Preservação dos Recursos Naturais.
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO "POR ITEM"	**REGIME DE EXECUÇÃO:** EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

OBJETO: Contratação de empresa para eventual, futura e parcelada aquisições de materiais de limpeza, higiene, copa cozinha e utensílios domésticos destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais de Buriticupu/MA, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, nas especificações, quantidades e condições contidas no Termo de Referência, **Anexo II** do Presente Edital.

O Pregão será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, através do PORTAL LICITANET, site: http://www.licitanet.com.br

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:
Início: 23/09/2026 - Término: 08/10/2026, às 08:29hs (Horário de Brasília)
SESSÃO PÚBLICA: 08/10/2026, às 08:30h (Horário de Brasília)
Será sempre considerado **o horário de Brasília (DF)** para todas as indicações de tempo constantes neste Edital, em que não esteja disposto "Horário Local".

DIA, HORÁRIO, LOCAL E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO EDITAL

DIA: Dias úteis, de Segunda a Sexta-feira
HORÁRIO: das 08:00hs às 14:00hs (horário local).
LOCAL: Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA, localizada na Rua Nível Médio, nº 300, Centro, CEP: 65.393-000, Buriticupu/MA.
E-mail para contato com a CPL: cplburiticupu2021@gmail.com
O edital poderá ser retirado gratuitamente no sítio eletrônico: www.buriticupu.gov.br

PREGOEIRA MUNICIPAL:
Joseane Ferreira Almeida
Pregoeiro(a) Municipal
PORTARIA Nº 909/2026 – GAPRE/PMB
E-mail: cplburiticupu2021@gmail.com

PREGÃO ELETRÔNICO nº 018/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2008001/2026

MODO DE DISPUTA ABERTO

"LICITAÇÃO DIFERENCIADA COM ITENS E COTA EXCLUSIVA À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, PARA ATENDIMENTO DO ARTIGO 48, § 3º DA LEI COMPLEMENTAR N° 147/2014."

O MUNICÍPIO DE BURITICUPU, ESTADO DO MARANHÃO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.612.525/0001-40, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, por meio do SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, torna público para conhecimento dos interessados que realizará às **08:30 hrs, do dia 08/10/2026**, licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento, "MENOR PREÇO POR ITEM" que se regerá por este instrumento, e pela legislação pertinente, em especial pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 041/2023 e demais legislação correlata, conforme art. 187 da Lei nº14.133/21.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominada Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica: www.licitanet.com.br. O servidor conduzirá todo o procedimento conforme estabelecido neste instrumento convocatório.

Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas neste instrumento e as constantes no sistema portal LICITANET, prevalecerão as descritas aqui estabelecida.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de empresa para eventual, futura e parcelada aquisições de materiais de limpeza, higiene, copa cozinha e utensílios domésticos destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais de Buriticupu/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste EDITAL e anexos.
1.2. O critério de julgamento adotado será o **"MENOR PREÇO POR ITEM"**, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.
1.3. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. VALOR ESTIMADO

2.1. O preço considerado como estimativa para o objeto da presente licitação foi determinado, conforme dispõe a Instrução Normativa n° 65/2021 da **SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA**. Com base em tal procedimento, foi estimado o valor total de **R$ XXXXXXX (ORÇAMENTO SIGILOSO), conforme justificativa constante nos autos do processo.**
2.2. A adoção do orçamento sigiloso encontra fundamento direto no art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, segundo o qual, desde que devidamente justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

2.3. A própria Lei nº 14.133/2021 estabelece, portanto, que o sigilo do orçamento não constitui irregularidade ou exceção dependente de autorização externa, mas uma faculdade legal conferida à Administração, condicionada à existência de justificativa adequada.
2.4. O art. 24 dispõe:
"Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas."
2.5. A mesma norma estabelece que o sigilo não prevalece perante os órgãos de controle interno e externo, preservando-se, dessa maneira, o controle da legalidade, legitimidade, economicidade e regularidade da contratação.
2.6. Ademais, o art. 13, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a publicidade será diferida quanto ao orçamento da Administração, nos termos do art. 24.
2.7. A adoção do orçamento sigiloso também se relaciona diretamente ao art. 18, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, que determina que a fase preparatória deverá contemplar a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação.
2.8. Assim, a opção pelo orçamento sigiloso está expressamente amparada no regime jurídico da Lei nº 14.133/2021.

3. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta de recursos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA, conforme designados abaixo:

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 04 **–** SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
UNIDADE: 04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 04.122.0002.2.008 – MANUTENÇÃO E FUNC. DA SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRI. PESCA. AGRO E ABESTECIMENTO
UNIDADE: 04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRI. PESCA. AGRO E ABESTECIMENTO
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 20.122.0002.2.022 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE AGRIC. PESCA AGROP. E ABASTECIMENTO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
DESPESAS FIXADAS: 250.000,00

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 13 **–** SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
UNIDADE: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 13.122.0002.2.112 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DE CULTURA
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO

SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 04.122.0002.2.013 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 24 – SEC MUN SEGURANÇA PUBLICA E MOB URBANA
UNIDADE: 24.01 - SEC MUN SEGURANÇA PUBLICA E MOB URBANA
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 06.122.0045.1.171 – MANUTENÇÃO DA SEC MUN DE SEGURANÇA PUBLICA E MOBILIDADE URBANA
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
UNIDADE: 08.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 04.122.0002.2.019 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORT. LAZER E JUVENTUDE
UNIDADE: 14.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORT. LAZER E JUVENTUDE
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 27.122.0002.2.106 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE ESPORTE LAZER E JUVENTUDE
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA COMERC. E TURISMO
UNIDADE: 09.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA COMERC. E TURISMO
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 04.122.0002.2.118 – MANUT. E FUNC. DA SEC. DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA

SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 12 – SEC. MUN. DE MEIO AMB. E PRESERV. REC. NATURAIS
UNIDADE: 09.01 – SEC. MUN. DE MEIO AMB. E PRESERV. REC. NATURAIS
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 04.122.0002.2.105 – MANUT. E FUNC. DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E PRESEV. DE RECURSOS NATURAIS
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 25 – SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER
UNIDADE: 25.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 04.122.0002.1.175 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 10 **–** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE: 10.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 12.361.0017.2.024 – MANT E FUNC. DA SECRETARIA DE EDCUAÇÃO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE: 10.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
FUNÇÃO PROGRAMATICA 12.361.0017.2.027 – MANUTENÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO - QSE
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 10 **–** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE: 10.03 – FUNDEB
FUNÇÃO PROGRAMATICA 12.361.0017.1.008 – MANUTENÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO VAAR ENSINO FUNDAMENTAL
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA

SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE: 10.03 – FUNDEB
FUNÇÃO PROGRAMATICA 12.365.0017.1.009 – MANUTENÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO VAAR EDUCAÇÃO INFANTIL
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 10 **–** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE: 10.02 – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
FUNÇÃO PROGRAMATICA 12.361.0017.2.052 – MANUTENÇÃO E APOIO ÀS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE: 10.02 – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
FUNÇÃO PROGRAMATICA 12.365.0017.2.162 – IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 16 **–** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
UNIDADE: 16.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 10.122.0026.2.037 – MANUTENÇÃO E FUCIONAMENTO DA SECRETARIA DE SAUDE/FMS
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 16 **–** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
UNIDADE: 16.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 10.302.0026.2.098 – MANUTENÇÃO E FUCIONAMENTO DO HOSPITAL MUNICIPAL
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA

SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 16 **–** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
UNIDADE: 16.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 10.302.0026.2.135 – UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA PORTE I
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 16 **–** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
UNIDADE: 16.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 10.302.0026.2.114 – SERIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGENCIA - SAMU
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 16 **–** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
UNIDADE: 16.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 10.301.0026.2.095 – MANUTENÇÃO E FUNC. DOS POSTOS DE SAÚDE
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 11 **–** SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO E ECONOMIA SOLIDARIA
UNIDADE: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO E ECONOMIA SOLIDARIA
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 08.122.0002.2.030 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 19.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 08.244.0030.2.050 – MANUTENÇÃO E FUNC. DO CREAS
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO

SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 19 **–** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 19.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 08.244.0030.2.136 – RESIDENCIA INCLUSIVA **ELEMENTO DE DESPESA**: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 19 **–** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 19.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 08.243.0030.2.137 – ABRIGO INSTITUCIONAL
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 19 **–** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 19.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 08.244.0030.2.041 – GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA IFDBF
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 19 **–** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 19.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 08.244.0018.2.062 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE CONVIVENCIA
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 19 **–** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 19.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 08.244.0028.2.047– GESTÃO DO PROGRAMA IGDSUAS
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 19 **–** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE: 19.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 08.244.0029.2.132 – MANUTENÇÃO DO SCFV – CRIANÇA, JOVEM/E IDOSOS
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

4. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL LICITANET.
4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema Eletrônico, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
4.5. Em conformidade com a Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, em seu **artigo 48, incisos I**, a participação exclusiva de MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE para os itens de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais); **Inciso III,** em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
4.7. Não poderão disputar esta licitação:

4.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
4.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
4.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
4.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
4.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
4.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
4.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
4.7.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. O impedimento de que trata o item 4.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
4.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.2. e 4.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
4.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
4.11. O disposto nos itens 4.7.2. e 4.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
4.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
4.13. A vedação de que trata o item 4.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
4.14. Para fins de participação nesta contratação, serão aceitas as declarações e propostas de preços que possuírem assinaturas eletrônicas qualificadas (e-cpf do representante legal ou e-cnpj da empresa), conforme previsto no Art. 5º, inciso III, da Lei nº 14.063 de 23/09/2020.
4.14.1. A validação da assinatura eletrônica será realizada através do Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, disponibilizado gratuitamente pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI no sítio https://verificador.iti.gov.br, objetivando aferir a conformidade de assinaturas digitais existentes em um arquivo assinado em relação à regulamentação da ICP-Brasil e com as definições contidas na Medida Provisória no 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que instituiu a ICP-Brasil.

4.14.2. Caso a licitante apresente documentação nas condições previstas nos subitens 4.14 e 4.14.1 acima, o documento assinado eletronicamente no ato de validação deverá ter o resultado APROVADO, confirmando que assinatura está em conformidade com a regulamentação da ICP-Brasil.

5. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário ou desconto (mensal, unitário etc., conforme o caso) e (anual, total) do item;

5.1.2. Marca (se houver)

5.1.3. Fabricante (se houver)

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. *O licitante não poderá* oferecer *proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

6.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.2. ou 6.4. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
6.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
6.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
6.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
6.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.9. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual *de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R$ 0,05 (cinco) centavos.*

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 0, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira os participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2.2. empresas brasileiras;

7.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.5. A Pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.6. É facultado aa Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF, quando for o caso;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

8.1.4. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "8.1.1.", "8.1.2." e "8.1.3." acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove:

8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

8.9.3. Em caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, especialmente quando o desconto ofertado for superior a 25% (vinte e cinco por cento), serão realizadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade de sua proposta.

8.10.1. Considerando que o critério de julgamento das propostas é o MENOR PREÇO POR ITEM, a licitante deverá apresentar, quando solicitada em diligência, a comprovação da exequibilidade de cada item objeto da proposta, mediante documentação idônea, tais como planilha de composição de preços, comprovação dos custos dos produtos, despesas com frete, encargos, tributos e demais custos incidentes. A ausência ou insuficiência de comprovação da exequibilidade de determinado item poderá ensejar a desclassificação da proposta exclusivamente quanto ao respectivo item, observadas as disposições do edital e da legislação aplicável.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, constam no item 9.11 e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. Considerando o disposto no art. 63, II e III, da Lei nº 14.133/2021, a verificação da validade dos documentos de habilitação ocorrerá, tendo como referência, o dia em que estes forem efetivamente apresentados, e não a data de início da sessão.

9.1.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral do Município de Buriticupu, se for o caso.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.

9.5.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.5.2. Nos termos do item acima, o agente deverá proporcionar conforme o caso, meios alternativos e prazos razoáveis, não inferior a 24 (vinte e quatro) horas, para envio de documentos diligenciado.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.11. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do PORTAL LICITANET, nos documentos exigidos neste edital, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação técnica e à qualificação econômica financeira.

9.11.1. O interessado, para efeitos de habilitação mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento do **PORTAL LICITANET**;

9.11.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do cadastro para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada, após solicitação da Pregoeira.

9.12. A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Pregoeira .

9.14. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

9.15. A solicitação dos documentos de habilitação será feita em relação ao licitante vencedor.

9.15.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.15.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.16.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no edital.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.20. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

9.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

9.22. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são as discriminadas nos itens a seguir:

9.23. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.23.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.23.2. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.23.3. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de **Microempreendedor** Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.23.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.23.5. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.23.6. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
9.23.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
9.23.8. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
9.23.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.24. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA
9.24.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
9.24.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
9.24.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
9.24.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
9.24.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
9.24.5.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
9.24.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:
9.24.6.1. Certidão negativa de débitos, ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;
9.24.6.2. Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, quanto à dívida ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;
9.24.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:
9.24.7.1. Certidão negativa de débitos, ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;

9.24.7.2. Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, quanto à Dívida ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante;

9.24.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual e/ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.24.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.25. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.25.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis, dos últimos 02 (dois) anos (exercício financeiro), apresentados na forma da lei, acompanhado dos termos de abertura e encerramento do livro diário devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.25.1.1. Os documentos referidos no subitem acima limitar-se-ão ao último exercício social, caso a empresa tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25.1.2. As empresas criadas no exercício financeiro do processo de licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

9.25.1.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou do contrato/estatuto social.

9.25.2. Caso o fornecedor seja cooperativa, o balanço e as demais demonstrações contáveis deverão ser acompanhados de cópia do parecer da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.25.3. Além dos documentos acima, deverá ser comprovada a boa situação financeira da empresa, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\textbf{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\textbf{ISG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\textbf{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

9.25.4. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez porcento) do valor total cotado pela licitante ou do item pertinente.

9.25.5. Serão considerados aceitos como na forma da lei de acordo com seu enquadramento e legislação pertinente, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados: Pu-

blicados em Diário Oficial ou Publicados em jornal de grande circulação ou Por cópia integral do Livro Diário, com Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma da Instrução Normativa nº 11, de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, acompanhado obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme disposto nos artigos 1.180, Parágrafo Único, 1.181, Parágrafo Único e 1.184, §2º da lei 10.406/2002:

9.25.5.1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial;

9.25.5.2. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, contendo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

9.25.5.3. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006: Por fotocópia (do balanço e demonstrações contábeis) registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.25.5.4. Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.25.6. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

9.25.7. Será aceita também a apresentação de balanços e demais demonstrações contábeis intermediárias, referentes ao exercício em curso, na forma da lei, devidamente assinados pelo representante legal e pelo Contador responsável, e registrados em Junta Comercial.

9.25.8. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da documentação quando não vier expresso na certidão;

9.25.8.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.25.9. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea "c", da IN Seges/ME nº 116/2021) ou de sociedade simples;

9.26. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.26.1. Entre as obrigações técnicas, e, objetivando garantir que os proponentes interessados em fornecer seus serviços/produtos aos entes públicos, sejam empresas idôneas devidamente inspecionadas, bem como assegurar que a qualidade esteja de acordo com as normas técnicas necessárias, deverá ser apresentada a seguinte documentação:

9.26.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante executado a prestação satisfatória dos serviços/fornecimento da mesma natureza ou similares aos do presente Termo de Referência.

9.26.1.1.1. Será admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de execução de complexidade tecnológica e operacional similar, equivalente

ou superior. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.
9.26.1.1.2. A licitante de forma facultativa poderá apresentar juntamente com o(s) atestado(s) de capacidade técnica, cópias dos contratos com suas planilhas e respectivas notas ficais evitando a possível abertura de diligências.
9.26.1.1.3. A Prefeitura Municipal de Buriticupu (MA) se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade do(s) atestado(s) apresentado(s), podendo requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

9.27. OUTRAS COMPROVAÇÕES DE HABILITAÇÃO:
9.27.1. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:
a) Estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;
b) Estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;
9.27.2. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 60 (sessenta) dias.
9.27.3. A documentação de habilitação, será encaminhada em formato digital, no prazo estabelecido, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
9.27.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
9.27.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste instrumento.

10. DA ASSINATURA DOS CONTRATOS
10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05. (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar os Contratos, cujo prazo de validade encontrarão neles fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
10.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
10.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
10.3. O Contrato será assinado por meio de assinatura digital e disponibilizada no portal da transparência do órgão, assim como no PNCP para que surja seus efeitos legais.

11. CONVOCAÇÃO DE REMANESCENTES
11.1 Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do Art. 90, da lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

12. RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
12.11. Não serão conhecidos recursos interpostos fora do sistema eletrônico ou intempestivamente.

13. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, enviada exclusivamente na plataforma LICITANET .
13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema LICITANET no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.
13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeira/a durante o certame;
14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
14.1.5. fraudar a licitação
14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
14.2.1. advertência;
14.2.2. multa;
14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
14.3.2. as peculiaridades do caso concreto
14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
14.4. A multa será recolhida em percentual 5% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de *30 (trinta)* **dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
14.4.1. Para as infrações previstas no edital, a multa será de 5% do valor do contrato licitado.
14.4.2. Para as infrações previstas no edital, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações, bem como pelas infrações administrativas previstas em lei e que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na legislação, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
15.2. Caberá ao interessado acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
15.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

15.4. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
15.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
15.8. As normas disciplinadoras deste instrumento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
15.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
15.11. Fica eleito o foro da Comarca de Buriticupu/MA, para solucionar quaisquer questões oriundas deste procedimento.
15.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônico www.buriticupu.ma.gov.br e-mail: cplburiticupu2021@gmail.com e Sistema do TCE no endereço eletrônico https://apps.tce.ma.gov.br/sincsite/contrata, e também poderá ser lido e/ou obtido na Sede da Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA, sito à Rua São Raimundo, nº 01, Centro, CEP: 65.393-000, Buriticupu/MA, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
15.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os anexos constantes no item 16. deste instrumento.

16. ANEXOS
16.1. Fazem parte do presente INSTRUMENTO, os seguintes anexos:
16.1.1. Anexo I - Modelo de Proposta.
16.1.2. Anexo II - Estudo Técnico Preliminar (ETP).
16.1.3. Anexo III - Termo de Referência.
16.1.4. Anexo IV - Minuta do Contrato.

Buriticupu/MA, em 21 de setembro de 2026.

VALDERI SILVA TORRES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

ANEXO I
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

AO
SETROR DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA

Referente: PREGÃO ELETRÔNICO nº 018/2026

Senhora Pregoeira,

Submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, a nossa proposta relativa a contratação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital.

1. Proponente:
Razão Social
CNPJ:
Endereço:
E-mail Oficial de comunicação: | Tel:
Valor Total da Proposta: R$.....(.....)

PLANILHA DA PROPOSTA (ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇOS).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MAR-CA/FAB (se houver)	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:
3. PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO:
4. VALIDADE DO OBJETO:
5. PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO/REPARO DOS PRODUTOS:
6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
7. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:
8. INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE QUE ASSINARÁ O CONTRATO (Nome, RG, CPF, Endereço).

_____
(local e data)

_____
(Nome e assinatura do responsável da empresa)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026
ANEXO II
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

O presente estudo técnico preliminar visa analisar a viabilidade técnica e econômica, bem como fornecer informações relevantes para subsidiar o processo de aquisições de materiais de limpeza, higiene, copa cozinha e utensílios domésticos, de acordo com o documento de formalização de demanda elaborado pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, conforme consta nos autos processo administrativo nº 2008001/2026.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para eventual, futura e parcelada aquisições de materiais de limpeza, higiene, copa cozinha e utensílios domésticos destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais de Buriticupu/MA.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. Mesmo o município de Buriticupu, não dispondo atualmente de um Plano Anual de Contratações (PAC) estabelecido, considera-se viável e relevante a futura e parcelada Contratação de empresa para eventual, futura e parcelada aquisições de materiais de limpeza, higiene, copa cozinha e utensílios domésticos destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais de Buriticupu/MA.

2.2. Ademais, destaca-se que a demanda foi apresentada no DFD nº 2008001/2026 e aprovada por meio do despacho da Autoridade competente.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Identificação da Demanda e Diretrizes de Fornecimento

3.1.1. A Contratada deverá fornecer os materiais de limpeza, higiene, gêneros de copa, cozinha e utensílios domésticos de forma parcelada, a fim de suprir as necessidades operacionais e administrativas das secretarias municipais de Buriticupu – MA, atendendo rigorosamente às especificações técnicas, padrões de qualidade, quantitativos e cronogramas fixados neste instrumento.

3.1.2. A entrega dos produtos deverá ser efetuada em perfeitas condições de uso, no prazo e no local indicados no Termo de Referência, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica com a discriminação detalhada de: marca, fabricante, modelo/tipo, procedência, número do lote e prazo de validade ou garantia técnica.

3.1.3. A Contratada responderá civil e administrativamente por quaisquer vícios, defeitos ou danos decorrentes do fornecimento dos bens ou do seu transporte, em estrita observância ao Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e ao Art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.1.4. A Contratada obriga-se a substituir, reparar ou complementar, integralmente às suas expensas e no prazo máximo estipulado no Termo de Referência, quaisquer itens que apresentem avarias, defeitos de fabricação, vazamentos ou desconformidade com as especificações exigidas.

3.1.5. Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça o cumprimento do prazo de entrega avençado, a Contratada deverá comunicar o fato formalmente à Contratante com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data fixada, apresentando a respectiva comprovação fática e documental.
3.1.6. Durante toda a execução do contrato, a Contratada deverá manter todas as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal, social e trabalhista exigidas na fase licitatória, em conformidade com o Art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021.
3.1.7. O contrato administrativo terá vigência vinculada aos créditos orçamentários do exercício financeiro corrente, com eficácia a contar da data de sua assinatura e publicação oficial.
3.1.8. A empresa deverá apresentar declaração expressa atestando o pleno conhecimento das condições locais e operacionais para a execução do fornecimento, assegurando a garantia de qualidade, rendimento, atoxicidade e adequação sanitária dos produtos entregues durante todo o período de execução contratual.

3.2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.2.1. Manutenção da Salubridade, Biossegurança e Saúde Ocupacional: A aquisição contínua de insumos saneantes e materiais de limpeza é indispensável para preservar os padrões higiênico-sanitários dos prédios públicos municipais. A desinfecção sistemática das dependências reduz a proliferação de vetores e agentes patogênicos, assegurando a proteção da saúde ocupacional dos servidores públicos e garantindo um ambiente salubre aos cidadãos que frequentam as repartições. A medida previne riscos biológicos e melhora o bem-estar e a produtividade no trabalho.
3.2.2. Infraestrutura Operacional, Higiene e Segurança Alimentar em Copas e Cozinhas: A disponibilização de utensílios domésticos e itens de copa/cozinha atende à necessidade de suporte alimentar diário nas secretarias municipais dotadas dessas estruturas. A padronização desses utensílios viabiliza o preparo, o manuseio e a conservação adequados de alimentos e bebidas, proporcionando condições ergonômicas e funcionais compatíveis com a rotina administrativa.
3.2.3. Atendimento às Demandas Sociais e de Assistência à Saúde: O fornecimento de produtos de higiene pessoal cumpre papel estratégico na garantia da dignidade humana de populações em situação de vulnerabilidade, atendendo diretamente aos adolescentes e usuários assistidos pelos programas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Economia Solidária, bem como aos pacientes sob cuidados nas unidades da rede municipal de saúde de Buriticupu – MA.
3.2.4. Continuidade do Serviço Público e Interesse Coletivo: A realização do procedimento licitatório visa estruturar formalmente o abastecimento contínuo e parcelado desses insumos. O atendimento tempestivo das demandas de infraestrutura básica garante o pleno funcionamento da máquina pública, viabilizando a prestação ininterrupta de serviços essenciais à população do Município de Buriticupu – MA.

4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1. A estimativa do valor da contratação foi apurada em estrita observância ao Art. 23, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, aos preceitos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e às normas do Decreto Municipal nº 041/2023 do Município de Buriticupu – MA.
4.2. Como parâmetro prioritário de pesquisa de mercado, utilizou-se a base de dados do sistema **Banco de Preços**, plataforma especializada que consolida contratações públicas similares formalizadas por órgãos e entidades da Administração Pública em âmbito nacional e regional, assegurando a obtenção de preços vigentes, confiáveis e praticados em condições reais de mercado.

4.3. Os dados extraídos do sistema foram submetidos a tratamento estatístico (aplicação de [média / mediana / menor valor], com expurgo de valores manifestamente discrepantes, inexequíveis ou excessivamente elevados), resultando na composição do mapa comparativo de preços constante nos autos.

4.4. Diante da metodologia aplicada, o valor total estimado para a presente contratação perfaz o montante global de **R$ XXXX (XXXXX).**

5. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

5.1. A estimativa das quantidades necessárias para a aquisição dos produtos teve como base o DFD nº 2008001/2026 e demandas apresentadas pelas diversas Secretarias Municipais demonstrando interesse em participar do processo licitatório.

5.2. Memória de Cálculo - A memória de cálculo para a estimativa das quantidades é elaborada considerando o DFD e as demandas apresentadas pelas Secretarias Municipais. Conforme Planilha com descritivo e quantitativo.

MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE					
ITEM	**DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS**	**UNIDADE**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**V. TOTAL**
1	Ácido muriático, frasco com 1 litro.	frasco	500	Sigiloso	Sigiloso
2	Água sanitária, frasco com 1 litro.	frasco	33864	Sigiloso	Sigiloso
3	Álcool 70%, liquido, frasco com 1 litro.	frasco	7100	Sigiloso	Sigiloso
4	Álcool em gel 70%, frasco com 500ml. (perfumado).	frasco	4570	Sigiloso	Sigiloso
5	Álcool etílico 46%, frasco com 1 litro.	frasco	1000	Sigiloso	Sigiloso
6	Álcool etílico 96%, frasco com 1 litro.	frasco	1000	Sigiloso	Sigiloso
7	Amaciante líquido para roupa, embalagem com 2 litros	frasco	3300	Sigiloso	Sigiloso
8	Antimofo líquido, eliminador de odores - lavanda 330ml - frasco borrifador.	frasco	700	Sigiloso	Sigiloso
9	Bacia plástica, em material virgem de primeira qualidade, modelo canelada reforçada, capacidade 15 litros.	Unidade	365	Sigiloso	Sigiloso
10	Bacia plástica, em mate-	Unidade	210	Sigiloso	Sigiloso

	rial virgem de primeira qualidade, modelo canelada reforçada, capacidade 54 litros.				
11	Bacia plástica, em material virgem de primeira qualidade, modelo canelada reforçada, capacidade 8 litros.	Unidade	966	Sigiloso	Sigiloso
12	Bacia plástica, em material virgem de primeira qualidade, modelo canelada, reforçada, capacidade 34 litros	Unidade	54	Sigiloso	Sigiloso
13	Balde de plástico, capacidade de 10 litros.	Unidade	641	Sigiloso	Sigiloso
14	Balde de plástico, capacidade de 100 litros.	Unidade	163	Sigiloso	Sigiloso
15	Balde de plástico, capacidade de 15 litros.	unidade	200	Sigiloso	Sigiloso
16	Balde de plástico, capacidade de 20 litros.	Unidade	284	Sigiloso	Sigiloso
17	Barrage, Frasco com 20ml	Frasco	300	Sigiloso	Sigiloso
18	Bota Pvc Cano Longo Preta Com Solado Amarelo. pontuações 36, 37.	Par	600	Sigiloso	Sigiloso
19	Bota Pvc Cano Longo Preta Com Solado Amarelo. Variadas pontuações 38, 39.	Par	600	Sigiloso	Sigiloso
20	Bota Pvc Cano Longo Preta Com Solado Amarelo. Variadas pontuações 40, 41 e 42.	Par	600	Sigiloso	Sigiloso
21	Cabo de madeira para rodo, medindo 120 cm.	Unidade	2380	Sigiloso	Sigiloso
22	Caixa Térmica 75 Litros	UNIDADE	10	Sigiloso	Sigiloso
23	Caixa termina em polietileno de 500 LITROS	UNIDADE	10	Sigiloso	Sigiloso
24	Caixa de isopor, capacidade 120 litros	Unidade	250	Sigiloso	Sigiloso
25	Caixa de isopor, capacidade 170 litros	Unidade	250	Sigiloso	Sigiloso
26	Caixa de isopor, capacidade 80 litros	Unidade	250	Sigiloso	Sigiloso

27	Caixa plástica com tampa 1200 × 899 - 140 litros.	Unidade	180	Sigiloso	Sigiloso
28	Cestos plástico para lixo com paredes totalmente fechadas com tampa – capacidade 10 litros.	Unidade	1690	Sigiloso	Sigiloso
29	Cestos plástico telado para lixo, (sem tampa), próprio para banheiro – capacidade 10 litros.	Unidade	1685	Sigiloso	Sigiloso
30	Cestos plástico telado para lixo, (sem tampa), próprio para banheiro – capacidade 100 litros.	Unidade	270	Sigiloso	Sigiloso
31	Desengordurante, frasco com 500 ml.	frasco	2825	Sigiloso	Sigiloso
32	Desentupidor de pia, com a base de material embor-rachado super-resistente, com cabo de plástico.	Unidade	230	Sigiloso	Sigiloso
33	Desinfetante, capaz de eliminar 99,9% do vírus, bactérias e fungos de di-versas superfícies frasco c/ 1.000 ml.	frasco	22280	Sigiloso	Sigiloso
34	Desodorizador de ambi-ente aerossol tipo spray 400ml.	Unidade	5760	Sigiloso	Sigiloso
35	Desodorizador de ambi-ente em pedra para vaso sanitário. 25g	Unidade	7750	Sigiloso	Sigiloso
36	Detergente líquido, neu-tro, emb. com 500ml.	frasco	23850	Sigiloso	Sigiloso
37	Escova para lavar roupas, escova de nylon redonda, material plástico, sem cabo.	Unidade	400	Sigiloso	Sigiloso
38	Esponja de lã de aço, 60 gramas, de primeira qua-lidade que não acumula bactérias, 100% ecológi-co, pacote com 8 unida-des	pacote	8290	Sigiloso	Sigiloso
39	Esponja para lavar louça, dupla face, antibactéria, medindo 1,10 x 75 x 20	unidade	20820	Sigiloso	Sigiloso

	mm.				
40	Flanela para limpeza, para tirar pó, medindo 27,5 x 28,5 em 100% algodão - com bordas de overlock.	Unidade	10030	Sigiloso	Sigiloso
41	Guardanapo de papel, pacote com 50 unidades, medindo: 23,5x22cm.	pacote	7000	Sigiloso	Sigiloso
42	Inseticida aerossol 400ml, possui fórmula exclusiva à base de água que oferece proteção eficaz por até 12 horas e não prejudica a saúde	Unidade	5380	Sigiloso	Sigiloso
43	Limpa alumínio, embalagem com 500ml	frasco	12340	Sigiloso	Sigiloso
44	Limpa vidro com álcool, frasco com aplicador (pulverizador), embalagem com 500 ml.	frasco	5630	Sigiloso	Sigiloso
45	Limpador multi uso com álcool, frasco com 500 ml	frasco	4490	Sigiloso	Sigiloso
46	Lixeira plástica, com pedal, plástico reforçado, capacidade 100 litros, preta, com altura de 1,04m e diâmetro de 68cm.	Unidade	125	Sigiloso	Sigiloso
47	Lixeira plástica, com pedal, em INOX, capacidade 12 litros.	Unidade	200	Sigiloso	Sigiloso
48	Lona plástica 15x10 m Confeccionada com tecido trançado de polietileno de alta densidade e revestido com duas camadas de polietileno de baixa densidade; 100% polietileno; Impermeável e imune à ação de bactérias e fungos; Proteção antiUV, aumenta resistência ao ressecamento causado pelos raios solares; Vida útil estimada de quinze	Unidade	25	Sigiloso	Sigiloso

	meses, resistente e durável; Emendas e bainhas termo soldadas; Bainha com corda interna de reforço aumentando sua resistência tração; lhós de aço zincado à prova de oxidação				
49	Lustra moveis, frasco com 500ml, fragrâncias variadas.	frasco	2940	Sigiloso	Sigiloso
50	Luva para limpeza emborrachada, (forrada). Pacote com 1 par.	pacote	1950	Sigiloso	Sigiloso
51	Mascara descartável, pct com 50 unididades.	Pacote	1690	Sigiloso	Sigiloso
52	Naftalina em bolas. Pacote com 50g.	Pacote	5430	Sigiloso	Sigiloso
53	Pá de lixo cabo longo, pá de lixo plástica com cabo longo de 80 cm.	Unidade	1665	Sigiloso	Sigiloso
54	Pano de chão, confeccionado em tecido 100% algodão cru medindo no mínimo 50x80cm.	Unidade	7940	Sigiloso	Sigiloso
55	Pano de prato liso, material 100% algodão, medindo no mínimo 65x40cm.	Unidade	4785	Sigiloso	Sigiloso
56	Papel higiênico dupla face (rolão), pacote com 4 unid. Com 60m	pacote	28200	Sigiloso	Sigiloso
57	Pasta para limpeza em geral, limpeza em superfícies lisas ou porosas, emb. com 500g.	Unidade	260	Sigiloso	Sigiloso
58	Prendedor, emb. com 12 unid. Pregador de roupas em madeira.	Pacote	450	Sigiloso	Sigiloso
59	Rodo, material plástico com cabo, com borracha, medindo 30 cm.	Unidade	2980	Sigiloso	Sigiloso
60	Rodo, material plástico com cabo, com borracha, medindo 40 cm.	Unidade	2980	Sigiloso	Sigiloso
61	Rodo, material plástico	Unidade	2980	Sigiloso	Sigiloso

	com cabo, com borracha, medindo 60 cm.				
62	Sabão de barra comum, 200gr.	Unidade	5930	Sigiloso	Sigiloso
63	Sabão de coco em barra, 200gr.	Unidade	2930	Sigiloso	Sigiloso
64	SABAO DETERGENTE EM PO SACHE 500g	Unidade	9680	Sigiloso	Sigiloso
65	Saco para lixo 100 litros, embalagem com 5 unidades.	pacote	13950	Sigiloso	Sigiloso
66	Saco para lixo 15 litros, embalagem com 20 unidades.	pacote	13950	Sigiloso	Sigiloso
67	Saco para lixo 30 litros, embalagem com 10 unidades.	pacote	13950	Sigiloso	Sigiloso
68	Saco para lixo 50 litros, embalagem com 10 unidades.	pacote	13950	Sigiloso	Sigiloso
69	Saco para lixo 60 litros, embalagem com 10 unidades.	pacote	13950	Sigiloso	Sigiloso
70	Sacola plástica lisa reforçada. 20 kg	Quilo	1170	Sigiloso	Sigiloso
71	Sacola plástica lisa reforçada. 30 kg	Quilo	950	Sigiloso	Sigiloso
72	Soda cáustica, embalagem com 1 kg.	Unidade	2610	Sigiloso	Sigiloso
73	Tapete para Banheiro Medida: 40cm x 60cm Composição: Felpa 100% Poliéster Base antiderrapante	Unidade	355	Sigiloso	Sigiloso
74	Toalha de banho, felpuda e macia. 100% algodão. Medindo no mínimo 0,70x105cm.	Unidade	500	Sigiloso	Sigiloso
75	Papel toalha interfolhado ideal para dispenser de papel toalha. 100% celulose conteúdo 1000 folhas, medidas: 23cm de comprimento x 21cm de largura	pacote	1430	Sigiloso	Sigiloso
76	PAPEL TOALHA – PA-	pacote	9600	Sigiloso	Sigiloso

	COTE COM 2 ROLOS, folha dupla, com no mínimo 60 folhas por rolo, dimensões mínimas de 19 cm x 20 cm por folha, boa capacidade de absorção, indicado para limpeza de superfícies e absorção de líquidos, acondicionado em embalagem adequada				
77	Vassoura de cerdas em nylon, com cabo 1,20M para áreas externas e internas, 20,5CM.	Unidade	1640	Sigiloso	Sigiloso
78	Vassoura de palha 3 costuras.	Unidade	2230	Sigiloso	Sigiloso
79	Vassoura de piaçava, nº. 05, base triangular, revestida de flange de metal, medida da base da vassoura onde encaixa o cabo deve ser de 16 cm.	Unidade	4170	Sigiloso	Sigiloso
80	Vassoura gari, vassoura gari 40 cm reforçada nas laterais para limpeza urbana. Cabo com 1,60 cm.	Unidade	170	Sigiloso	Sigiloso
81	Vassourinha (escova sanitaria) para limpeza de banheiro com cabo em plástico. Com suporte.	Unidade	735	Sigiloso	Sigiloso
R$ XXXXXXXXXXX					

UTENSÍLIOS DE COZINHA					
ITEM	**DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS**	**UNIDADE**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**V. TOTAL**
82	Acendedor para fogão tipo isqueiro mecânico; com corpo plástico e ponteira de aço; apresentado na forma de pistola; acionado através de gatilho; tamanho grande; funcionamento por fagulha de atrito.	Unidade	250	Sigiloso	Sigiloso
83	Caçarola; de alumínio; com tampo; com capaci-	Unidade	52	Sigiloso	Sigiloso

	dade mínima para (12,0l); com diâmetro mínimo de (32,0cm); altura mínima de (15,0cm); asa de alumínio;				
84	Coador de pano, tamanho grande.	Unidade	696	Sigiloso	Sigiloso
85	Colher de sopa, produto confeccionado totalmente em aço inox resistente (ausencia de plástico).	Unidade	2430	Sigiloso	Sigiloso
86	Colher para arroz em aço inoxidável, comprimento 302 mm, largura 62 mm.	Unidade	650	Sigiloso	Sigiloso
87	Colher plástica para refeição, pacote com 50 unidades	pacote	3830	Sigiloso	Sigiloso
88	Colher de madeira, tamanho: 38 cm.	Unidade	650	Sigiloso	Sigiloso
89	Concha de alumínio, tamanho: 60 cm.	Unidade	450	Sigiloso	Sigiloso
90	Copo de vidro, embalagem com 6 unid, copo tipo americano com capacidade 300ml, confeccionado em vidro, transparente, incolor, totalmente cilíndrico, com aparência em cristal.	Conjunto	180	Sigiloso	Sigiloso
91	Copo plástico descartável 50ml, pacote com 100 unidades.	pacote	5070	Sigiloso	Sigiloso
92	Copo plástico descartável 180ml, pacote com 100 unidades.	pacote	20900	Sigiloso	Sigiloso
93	Cuscuzeira de aluminio, 3,5 Litros	unidade	345	Sigiloso	Sigiloso
94	Cuscuzeira de aluminio, 5 litros.	Unidade	120	Sigiloso	Sigiloso
95	Cuscuzeira de aluminio, 10 litros.	Unidade	220	Sigiloso	Sigiloso
96	Cutelo para cortar carne. Tamanho 350 × 350 - 8k	Unidade	240	Sigiloso	Sigiloso
97	Descascador de legumes dimensões 16,5 x 3,8 x 0,7 cm , na cor branca e cabo de plástico.	Unidade	450	Sigiloso	Sigiloso

98	Escorredor de pratos profissional, em inox, com capacidade para no mínimo 40 pratos. Dimensões aproximadas: (a x c) 60 x 50 cm. Garantia de 06 meses.	Unidade	30	Sigiloso	Sigiloso
99	Escumadeira de alumínio 60 cm.	Unidade	200	Sigiloso	Sigiloso
100	Garfo confeccionado em aço inox; 1ª linha; resistente, inteiriço, sem rebarbas, medindo aproximadamente 18 cm, acabamento arredondado.	Unidade	380	Sigiloso	Sigiloso
101	Faca inox lâmina de aço de mesa 4"; com cabo de polipropileno, medindo compr. Lâmina: 102 mm - compr. Total 204 mm.	Unidade	380	Sigiloso	Sigiloso
102	Faca manual para cozinha; em aço inox (12c27) (açougueiro); medindo no mínimo 12"; com espessura mínima de 3 mm; cabo em polipropileno.	Unidade	372	Sigiloso	Sigiloso
103	Frigideira corpo em alumínio, com revestimento antiaderente; cabo de inox com revestimento de silicone. Capacidade de 2,7 litros dimensões aproximadas do produto: 28 x 8 cm (dim. X prof.).	Unidade	100	Sigiloso	Sigiloso
104	Garrafa térmica multi uso, corpo termoplástico de parede dupla, isolado termicamente com espuma de poliuretano; grande resistência ao uso, impactos e quedas; com copo para beber, bocal removível, alça integrada de grande resistência. Material atóxico e reciclável. Capacidade: 5 litros, Cores	Unidade	55	Sigiloso	Sigiloso

	variadas.				
105	Jarra em vidro, com capacidade mínima de 1 litro. Dimensões aproximadas (a x l x p) 29 x 28 x 32 cm	Unidade	130	Sigiloso	Sigiloso
106	Jarra graduada com tampa, material atóxico em polipropileno, possui régua com medidas embutidas no corpo do produto de ½ á 5 litros com indicações a cada 1000 ml. Dimensões aproximadas (a x d) 27 x 19 cm.	Unidade	300	Sigiloso	Sigiloso
107	Kit de merenda escolar em polipropileno - livre de BPA, pro-duzido com polipropileno virgem atóxico. Modelo liso nas partes interna externa (sem frisos), com formato interno arre-dondado, com aba, empalhável. Kit composto por 1 copo com alça (300 ml), 1 prato fundo e 1 colher.	kit	10100	Sigiloso	Sigiloso
108	Registro Regulador de Gás Para Fogão Industrial Alta Pressão	Unidade	160	Sigiloso	Sigiloso
109	Mangueira para botijão de gás, P-13, medindo 1 metro de comprimento, com registro. Aprovado pelo imetro.	Unidade	160	Sigiloso	Sigiloso
110	Marmitex Isopor N 8 pacote com 100 Unidades com Tampa	PACOTE	1200	Sigiloso	Sigiloso
111	Panela caçarola industrial em alumínio 30 litros.	Unidades	220	Sigiloso	Sigiloso
112	Panela caçarola industrial em alumínio 40 litros.	Unidades	220	Sigiloso	Sigiloso
113	Panela caçarola industrial em alumínio 60 lts	Unidade	100	Sigiloso	Sigiloso
114	Panela de alumínio fundido 04 litros com tampa, medindo 27 cm largura x	Unidade	35	Sigiloso	Sigiloso

	10 cm profundidade.				
115	Panela de pressão em aço inox, 10 litros.	Unidade	10	Sigiloso	Sigiloso
116	Panela de pressão em aço inox, 20 litros.	Unidade	25	Sigiloso	Sigiloso
117	Panela de pressão em aço inox, 30 litros.	Unidade	40	Sigiloso	Sigiloso
118	Papeiro fundido de 2 lts	UNIDADE	120	Sigiloso	Sigiloso
119	Papeiro fundido de 5 lts	Unidade	40	Sigiloso	Sigiloso
120	Pedra para amolar faca 20 x 5 cm.	Unidade	150	Sigiloso	Sigiloso
121	Peneira em aço inox, 24 cm, prata	Unidade	170	Sigiloso	Sigiloso
122	Prato fundo, fundos tradicionais, simples, de vidro temperado.	Unidade	350	Sigiloso	Sigiloso
123	Tábua de cortar carne. Acrílico. Tamanho 30/60	Unidade	200	Sigiloso	Sigiloso
R$ XXXXXXX					

HIGIENE PESSOAL					
ITEM	**DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS**	**UNIDADE**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**V. TOTAL**
124	Absorvente higiênico com abas, pacote com 8 und.	Pacote	660	Sigiloso	Sigiloso
125	Aparelho de barbear de 2 lâminas descartavel, 2x1	kit	350	Sigiloso	Sigiloso
126	Colônia adulto, frasco com 100 ml	frasco	150	Sigiloso	Sigiloso
127	Colônia infantil, frasco com 120 ml	frasco	150	Sigiloso	Sigiloso
128	Condicionador para cabelo frasco 350 ml (adulto)	frasco	250	Sigiloso	Sigiloso
129	Condicionador para cabelo frasco com 480 ml (infantil)	frasco	200	Sigiloso	Sigiloso
130	Creme de pentear frasco 300 ml	frasco	100	Sigiloso	Sigiloso
131	Creme dental embalagem de 50G INFANTIL	Unidade	200	Sigiloso	Sigiloso
132	Creme dental embalagem de 90g	Unidade	500	Sigiloso	Sigiloso
133	Creme para assadura, embalagem com 45g	Unidade	120	Sigiloso	Sigiloso
134	Desodorante spray embalagem 150 ml	Unidade	200	Sigiloso	Sigiloso
135	Escova dental adulto, com-	Unidade	500	Sigiloso	Sigiloso

	primento 19 cm, cerdas duras				
136	Escova dental infantil, com cerda macia, de boa qualidade.	Unidade	1500	Sigiloso	Sigiloso
137	Fralda Calça Tam. G - 9 a 14kg pacote com 30 Unidades.	Pacote	700	Sigiloso	Sigiloso
138	Fralda Calça Tam. M - 7 a 10kg pacote com 34 Unidades	Pacote	1150	Sigiloso	Sigiloso
139	Fralda Calça Tam. P - 3 a 9kg pacote com 46 Unidades	Pacote	450	Sigiloso	Sigiloso
140	Fralda Geriátrica Plus - de 40 a 70 kg pacote com 8 unidades	pacote	2550	Sigiloso	Sigiloso
141	Fralda Geriátrica Plus - de 70 a 90 kg pacote com 7 unidades	pacote	1050	Sigiloso	Sigiloso
142	Hastes flexíveis com algodão nas pontas, caixa com 75 unid.	Caixa	610	Sigiloso	Sigiloso
143	Lenço umedecido, pacote com 50 folhas.	pacote	300	Sigiloso	Sigiloso
144	Pente de cabelo plástico, tam. Grande	Unidade	90	Sigiloso	Sigiloso
145	Sabonete em barra antibactriano, sabonete antiséptico - 90 gr.	Unidade	1400	Sigiloso	Sigiloso
146	Sabonete líquido Erva Doce OU LANVANDA, emb. com 500 ml.	frasco	558	Sigiloso	Sigiloso
147	Sabonete em barra para bebê, unidade com 80 g.	UNIDADE	300	Sigiloso	Sigiloso
148	Shampoo adulto, embalagem com 325 ml	frasco	250	Sigiloso	Sigiloso
149	Shampoo infantil, embalagem com 210 ml	frasco	400	Sigiloso	Sigiloso
150	Talco perfumado para criança, frasco com 50g	frasco	200	Sigiloso	Sigiloso
R$ XXXXXXXX					

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. REALIZAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO (SOLUÇÃO RECOMENDADA)

6.1.1. Consiste na instauração de procedimento licitatório próprio pelo Município, preferencialmente na forma eletrônica.

Vantagens:

- Ampla competitividade entre fornecedores;
- Possibilidade de obtenção de menores preços;
- Maior transparência e publicidade;
- Contratação adequada à realidade local;
- Possibilidade de parcelamento das entregas;
- Maior segurança jurídica e controle administrativo.

Desvantagens:

- Necessidade de planejamento interno prévio;
- Maior tempo processual em relação à adesão ou dispensa.

6.2. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (“CARONA”)

6.2.1. Consiste na utilização de ata vigente gerenciada por outro órgão público, desde que demonstrada vantajosidade e observados os requisitos legais.

Vantagens:

- Maior rapidez na contratação;
- Redução do tempo processual;
- Menor custo administrativo inicial.

Desvantagens:

- Produtos e quantitativos podem não refletir a necessidade real do Município;
- Dependência da anuência do órgão gerenciador e fornecedor;
- Menor competitividade específica para a demanda local;
- Risco de preços defasados ou pouco vantajosos;
- Limitações legais e operacionais.

6.3. DISPENSA DE LICITAÇÃO

6.3.1. Hipótese excepcional aplicável apenas nos casos previstos em lei, como baixo valor ou situações emergenciais.

Vantagens:

- Celeridade processual;
- Menor burocracia em situações específicas.

Desvantagens:

- Não indicada para demandas contínuas e de grande volume;
- Menor competitividade;
- Risco de fracionamento indevido de despesa;
- Menor potencial de economia em escala;
- Solução inadequada para fornecimento parcelado e permanente.

6.4. Após análise técnica e econômica, conclui-se que a **realização de Pregão Eletrônico**, constitui a **solução mais adequada e vantajosa** para o Município de Buriticupu/MA, por assegurar ampla concorrência, melhores preços, transparência, atendimento específico às necessidades locais e possibilidade de aquisições futuras de forma parcelada.

7. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

7.1. A solução técnica adotada consiste na realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento por Menor Preço por Item, visando à Contratação de empresa para eventual, futura e parcelada aquisições de materiais de limpeza, higiene, copa cozinha e utensílios domésticos destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais de Buriticupu/MA.

7.2. A modelagem mostra-se tecnicamente adequada em virtude da natureza contínua e indispensável do asseio predial, da biossegurança e do suporte de copa/cozinha nos prédios públicos municipais. O fornecimento parcelado mediante contrato formal assegura entregas programadas sob demanda, evitando a estocagem em excesso, prevenindo avarias ou perdas por prazo de validade e garantindo a manutenção permanente dos padrões higiênico-sanitários exigidos pela legislação vigente.

7.3. A disponibilização tempestiva desses materiais e utensílios é essencial para preservar a infraestrutura predial, resguardar a saúde ocupacional dos servidores públicos e assegurar um ambiente salubre e digno para os cidadãos atendidos nas repartições municipais de Buriticupu – MA.

7.4. Sob a perspectiva econômica, a realização do certame sob a modalidade Pregão, em sua forma eletrônica (Art. 17, § 2º, e Art. 34 da Lei Federal nº 14.133/2021), dinamiza a disputa entre fornecedores locais, regionais e nacionais. Essa amplitude de concorrência maximiza a obtenção de propostas vantajosas com redução de custos pela disputa de lances, além de conferir total transparência e celeridade aos atos processuais.

7.5. Diante do exposto, a solução estruturada atende plenamente aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, competitividade, sustentabilidade e continuidade do serviço público (Art. 5º e Art. 11 da Lei nº 14.133/2021), consolidando-se como a alternativa mais vantajosa para assegurar o funcionamento contínuo das unidades administrativas do Município de Buriticupu – MA.

8. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

8.1. A modalidade PREGÃO mostrou-se a mais vantajosa e após estudo comparativo optou-se pela forma ELETRÔNICA. As vantagens mais evidenciadas para o pregão eletrônico foram: maior abrangência, melhor concorrência implicando em propostas mais vantajosas, agilidade, maior velocidade, possibilidade de fazer mais de um pregão simultaneamente, desburocratização e transparência.

9. PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

9.1. Os fornecimentos em epígrafe são contratados de forma individualizada e, portanto, é passível de aquisição por item distinto.

9.2. A solução será dividida tendo em vista ser tecnicamente e economicamente viável, levando a um melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

9.3. Nesse contexto a contratação será do tipo **menor preço por item** tendo em vista a ampliação da competitividade.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS)

(Art. 18, § 1º, inciso IX da Lei Federal nº 14.133/2021)

10.1. Eficiência Operacional e Continuidade Administrativa: Garantia do abastecimento contínuo, seguro e programado de materiais de limpeza, higiene e copa/cozinha, evitando a paralisação ou a precarização das rotinas administrativas nas unidades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e órgãos vinculados de Buriticupu – MA.

10.2. Otimização dos Recursos Públicos e Economicidade: Redução de custos diretos e indiretos decorrente da ampla competitividade gerada pelo Pregão Eletrônico, combinada ao modelo de fornecimento parcelado sob demanda, o que elimina custos com armazenamento massivo e extingue o risco de perdas por expiração do prazo de validade.

10.3. Preservação da Saúde Ocupacional e Biossegurança: Manutenção de ambientes de trabalho salubres, desinfetados e asseados, mitigando riscos de contaminação biológica e promovendo a saúde preventiva de servidores públicos e cidadãos atendidos nas repartições municipais.

10.4. Fomento ao Desenvolvimento Socioeconômico Local (LC nº 123/2006): Estímulo à economia local e regional mediante a aplicação dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 (lotes exclusivos de até R$ 80.000,00 e cotas reservadas de até 25%), viabilizando a participação competitiva de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

11. POSSIVEIS PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO

11.1. Não será necessário a adoção de providências pelo órgão previamente à celebração do contrato.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

(Art. 18, § 1º, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021)

12.1. Inexistência de Interdependência Direta: Para a plena execução da presente aquisição, não se vislumbra a necessidade de contratações interdependentes, uma vez que a entrega dos materiais independe de obras de engenharia, instalações complexas ou locação prévia de equipamentos especiais.

12.2. Contratações Correlatas e Complementares: A presente contratação correlaciona-se organicamente com a prestação de serviços de apoio operacional, asseio e conservação predial executados pelo quadro próprio de servidores do Município de Buriticupu – MA, os quais utilizam diretamente os insumos e utensílios adquiridos para a execução diária de suas atribuições funcionais.

12.3. Autonomia Operacional: O fornecimento dos materiais possui autonomia técnica e orçamentária, não estando condicionado ao êxito ou à vigência de qualquer outro contrato em andamento na Administração Municipal.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

(Art. 5º e Art. 18, § 1º, inciso XII da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Guia Nacional de Contratações Sustentáveis)

13.1. Identificação dos Impactos Ambientais Potenciais

- Saneantes e Produtos Químicos de Limpeza: O descarte inadequado de efluentes contendo tensoativos sintéticos, cloro ativo e amônia pode acarretar a contaminação do lençol freático, corpos hídricos e solo. Além disso, a volatilização de compostos químicos pode comprometer a qualidade do ar interno nas repartições públicas.

- Descartáveis e Utensílios de Copa/Cozinha: O uso intensivo de itens plásticos de uso único (copos, pratos e talheres) eleva significativamente o volume de resíduos sólidos inertes de difícil degradação, sobrecarregando o sistema de limpeza urbana e gerando passivo de poluição por microplásticos.
- Embalagens e Recipientes: O acúmulo de recipientes plásticos, caixas de papelão e materiais de transporte não recicláveis pressiona a capacidade de destinação final dos aterros locais.

13.2. Medidas Mitigadoras e Diretrizes de Sustentabilidade

Em observância ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, a execução do contrato observará as seguintes medidas de controle e mitigação:

- Padronização de Embalagens Recicláveis e Concentradas**:** Exigência de fornecimento preferencial em embalagens fabricadas com materiais recicláveis, atóxicos e que possibilitem a logística reversa, além do incentivo ao uso de saneantes em versões concentradas para reduzir o descarte de frascos plásticos.
- Racionalização e Substituição Progressiva de Descartáveis**:** Fomento ao uso de utensílios duráveis e reutilizáveis (vidro, louça e aço inoxidável) nas rotinas administrativas, restringindo o fornecimento de descartáveis plásticos exclusivamente aos eventos e setores de atendimento direto ao público onde a substituição for comprovadamente inviável.
- Gestão e Descarte Adequado de Resíduos**:** Implementação de rotinas de separação e descarte regular de embalagens em parceria com os serviços municipais de coleta seletiva e associações de catadores de materiais recicláveis.
- Uso Consciente e Capacitação: Orientação contínua dos servidores e colaboradores do apoio operacional quanto à dosagem correta dos insumos, evitando desperdícios e a dispersão excessiva de efluentes químicos nas redes de esgoto prediais.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(Art. 18, § 1º, inciso XIII e § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021)

14.1. Considerando os estudos técnicos desenvolvidos na fase preparatória, em especial a caracterização da necessidade administrativa, o levantamento de mercado, a metodologia de estimativa de preços, a justificativa técnica e econômica da modelagem adotada, os benefícios pretendidos, as diretrizes de sustentabilidade ambiental e o mapeamento dos riscos operacionais, declara-se plenamente viável a Contratação de empresa para eventual, futura e parcelada aquisições de materiais de limpeza, higiene, copa cozinha e utensílios domésticos destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais de Buriticupu/MA.

14.2. A solução estruturada mediante licitação na modalidade Pregão Eletrônico com regime de fornecimento parcelado atende com rigor aos princípios da legalidade, eficiência, planejamento, economicidade, competitividade e interesse público (Art. 5º e Art. 11 da Lei nº 14.133/2021), garantindo entregas programadas conforme a demanda real dos setores, com controle de estoques e racionalização dos gastos públicos.

14.3. Os eventos de risco catalogados são administráveis e mitigáveis por meio de fiscalização técnica ativa no ato do recebimento provisório e definitivo, cumprimento dos prazos contratuais de entrega, controle de almoxarifado e aplicação das sanções administrativas cabíveis (Art. 156 da Lei nº 14.133/2021).

14.4. Sob a ótica ambiental, os impactos decorrentes da utilização dos insumos são minimizados pela exigência de saneantes biodegradáveis de baixa toxicidade, priorização de embalagens recicláveis e racionalização do consumo de utensílios descartáveis.

14.5. Diante de todos os elementos técnicos, operacionais e orçamentários levantados, conclui-se que a contratação pretendida é tecnicamente viável, economicamente vantajosa e imprescindível para a continuidade dos serviços públicos municipais, manifestando-se favoravelmente pelo envio dos autos à autoridade competente para aprovação deste ETP e subsequente elaboração do Termo de Referência e Edital.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026
ANEXO III
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para eventual, futura e parcelada aquisições de materiais de limpeza, higiene, copa cozinha e utensílios domésticos destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais de Buriticupu/MA.

2. VALOR ESTIMADO

2.1. O preço considerado como estimativa para o objeto do presente Termo de Referência foi determinado com base em pesquisas de preços realizadas através do Sistema Eletrônico Banco de Preços, com base em tal procedimento, foi estimado o valor total de **R$ XXXXX (XXXX).**
2.2. Os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos, observando o seguinte:

- **COTA EXCLUSIVA** – Em atendimento ao disposto no artigo 48, I, da Lei Federal nº 123/2006 com redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e alterações posteriores, todos os itens cujo valor total seja de até R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), serão destinados exclusivamente à participação de MICROEMPRESAS – ME e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP;
- **COTA RESERVADA** – correspondente a 20% (vinte por cento) das quantidades totais do objeto, destinado à participação de empresas enquadradas como Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, nos termos do Artigo 48 Inciso III da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014;
- **COTA DE AMPLA PARTICIPAÇÃO** – correspondente a 80% (oitenta por cento) das quantidades totais do objeto, destinado à participação dos interessados que atendam aos requisitos previstos no edital;

2.3. A critério da administração pública e em observância ao artigo 49, incisos II e III, da Lei Federal nº 123/2006, não aplicará o disposto acima mencionado, quando:
a) Não houver um mínimo de 3 (três) prestadores de serviços competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; e
b) O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
2.4. Nos termos do Artigo 48 Inciso III da Lei Complementar nº 123/2016, com redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e do Artigo 8 parágrafo 2º do Decreto Federal nº 6.204/2007 revogado pelo Decreto Federal nº 8.538/2015, não havendo participação de ME e EPP será admitida participação de empresa de maior porte.

3. ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E VALORES

3.1. A demanda do consumo previstos está a seguir, onde demonstram os itens e quantitativos da contratação:

GRUPO 1 – ITENS EXCLUSIVOS À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE					
MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE					
ITEM	**DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS**	**UNIDADE**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**V. TOTAL**
1	Ácido muriático, frasco com 1 litro.	frasco	500	Sigiloso	Sigiloso
2	Álcool 70%, liquido, frasco com 1 litro.	frasco	7100	Sigiloso	Sigiloso
3	Álcool em gel 70%, frasco com 500ml. (perfumado).	frasco	4570	Sigiloso	Sigiloso
4	Álcool etílico 46%, frasco com 1 litro.	frasco	1000	Sigiloso	Sigiloso
5	Álcool etílico 96%, frasco com 1 litro.	frasco	1000	Sigiloso	Sigiloso
6	Amaciante líquido para roupa, embalagem com 2 litros	frasco	3300	Sigiloso	Sigiloso
7	Antimofo líquido, eliminador de odores - lavanda 330ml - frasco borrifador.	frasco	700	Sigiloso	Sigiloso
8	Bacia plástica, em material virgem de primeira qualidade, modelo canelada reforçada, capacidade 15 litros.	Unidade	365	Sigiloso	Sigiloso
9	Bacia plástica, em material virgem de primeira qualidade, modelo canelada reforçada, capacidade 54 litros.	Unidade	210	Sigiloso	Sigiloso
10	Bacia plástica, em material virgem de primeira qualidade, modelo canelada reforçada, capacidade 8 litros.	Unidade	966	Sigiloso	Sigiloso
11	Bacia plástica, em material virgem de primeira qualidade, modelo canelada, reforçada, capacidade 34 litros	Unidade	54	Sigiloso	Sigiloso
12	Balde de plástico, capacidade de 10 litros.	Unidade	641	Sigiloso	Sigiloso
13	Balde de plástico, capacidade de 100 litros.	Unidade	163	Sigiloso	Sigiloso
14	Balde de plástico, capacidade de 15 litros.	unidade	200	Sigiloso	Sigiloso
15	Balde de plástico, capacidade de 20 litros.	Unidade	284	Sigiloso	Sigiloso
16	Barrage, Frasco com 20ml	Frasco	300	Sigiloso	Sigiloso
17	Bota Pvc Cano Longo Preta	Par	600	Sigiloso	Sigiloso

	Com Solado Amarelo. pontuações 36, 37.				
18	Bota Pvc Cano Longo Preta Com Solado Amarelo. Variadas pontuações 38, 39.	Par	600	Sigiloso	Sigiloso
19	Bota Pvc Cano Longo Preta Com Solado Amarelo. Variadas pontuações 40, 41 e 42.	Par	600	Sigiloso	Sigiloso
20	Cabo de madeira para rodo, medindo 120 cm.	Unidade	2380	Sigiloso	Sigiloso
21	Caixa Térmica 75 Litros	UNIDADE	10	Sigiloso	Sigiloso
22	Caixa termina em polietileno de 500 LITROS	UNIDADE	10	Sigiloso	Sigiloso
23	Caixa de isopor, capacidade 120 litros	Unidade	250	Sigiloso	Sigiloso
24	Caixa de isopor, capacidade 170 litros	Unidade	250	Sigiloso	Sigiloso
25	Caixa de isopor, capacidade 80 litros	Unidade	250	Sigiloso	Sigiloso
26	Cestos plástico para lixo com paredes totalmente fechadas com tampa – capacidade 10 litros.	Unidade	1690	Sigiloso	Sigiloso
27	Cestos plástico telado para lixo, (sem tampa), próprio para banheiro – capacidade 10 litros.	Unidade	1685	Sigiloso	Sigiloso
28	Cestos plástico telado para lixo, (sem tampa), próprio para banheiro – capacidade 100 litros.	Unidade	270	Sigiloso	Sigiloso
29	Desengordurante, frasco com 500 ml.	frasco	2825	Sigiloso	Sigiloso
30	Desentupidor de pia, com a base de material emborrachado super-resistente, com cabo de plástico.	Unidade	230	Sigiloso	Sigiloso
31	Desodorizador de ambiente em pedra para vaso sanitário. 25g	Unidade	7750	Sigiloso	Sigiloso
32	Detergente líquido, neutro, emb. com 500ml.	frasco	23850	Sigiloso	Sigiloso
33	Escova para lavar roupas, escova de nylon redonda, material plástico, sem cabo.	Unidade	400	Sigiloso	Sigiloso
34	Esponja de lã de aço, 60 gra-	pacote	8290	Sigiloso	Sigiloso

	mas, de primeira qualidade que não acumula bactérias, 100% ecológico, pacote com 8 unidades				
35	Esponja para lavar louça, dupla face, antibactéria, medindo 1,10 x 75 x 20 mm.	unidade	20820	Sigiloso	Sigiloso
36	Flanela para limpeza, para tirar pó, medindo 27,5 x 28,5 em 100% algodão - com bordas de overlock.	Unidade	10030	Sigiloso	Sigiloso
37	Guardanapo de papel, pacote com 50 unidades, medindo: 23,5x22cm.	pacote	7000	Sigiloso	Sigiloso
38	Inseticida aerossol 400ml, possui fórmula exclusiva à base de água que oferece proteção eficaz por até 12 horas e não prejudica a saúde	Unidade	5380	Sigiloso	Sigiloso
39	Limpa alumínio, embalagem com 500ml	frasco	12340	Sigiloso	Sigiloso
40	Limpa vidro com álcool, frasco com aplicador (pulverizador), embalagem com 500 ml.	frasco	5630	Sigiloso	Sigiloso
41	Limpador multi uso com álcool, frasco com 500 ml	frasco	4490	Sigiloso	Sigiloso
42	Lixeira plástica, com pedal, plástico reforçado, capacidade 100 litros, preta, com altura de 1,04m e diâmetro de 68cm.	Unidade	125	Sigiloso	Sigiloso
43	Lixeira plástica, com pedal, em INOX, capacidade 12 litros.	Unidade	200	Sigiloso	Sigiloso
44	Lona plástica 15x10 m Confeccionada com tecido trançado de polietileno de alta densidade e revestido com duas camadas de polietileno de baixa densidade; 100% polietileno; Impermeável e imune à ação de bactérias e fungos; Proteção antiUV, aumenta resistência ao ressecamento causado pelos raios solares; Vida útil estimada de quinze	Unidade	25	Sigiloso	Sigiloso

	meses, resistente e durável; Emendas e bainhas termo soldadas; Bainha com corda interna de reforço aumentando sua resistência tração; lhós de aço zincado à prova de oxidação				
45	Lustra moveis, frasco com 500ml, fragrâncias variadas.	frasco	2940	Sigiloso	Sigiloso
46	Luva para limpeza emborrachada, (forrada). Pacote com 1 par.	pacote	1950	Sigiloso	Sigiloso
47	Mascara descartável, pct com 50 unididades.	Pacote	1690	Sigiloso	Sigiloso
48	Naftalina em bolas. Pacote com 50g.	Pacote	5430	Sigiloso	Sigiloso
49	Pá de lixo cabo longo, pá de lixo plástica com cabo longo de 80 cm.	Unidade	1665	Sigiloso	Sigiloso
50	Pano de chão, confeccionado em tecido 100% algodão cru medindo no mínimo 50x80cm.	Unidade	7940	Sigiloso	Sigiloso
51	Pano de prato liso, material 100% algodão, medindo no mínimo 65x40cm.	Unidade	4785	Sigiloso	Sigiloso
52	Pasta para limpeza em geral, limpeza em superfícies lisas ou porosas, emb. com 500g.	Unidade	260	Sigiloso	Sigiloso
53	Prendedor, emb. com 12 unid. Pregador de roupas em madeira.	Pacote	450	Sigiloso	Sigiloso
54	Rodo, material plástico com cabo, com borracha, medindo 30 cm.	Unidade	2980	Sigiloso	Sigiloso
55	Rodo, material plástico com cabo, com borracha, medindo 40 cm.	Unidade	2980	Sigiloso	Sigiloso
56	Rodo, material plástico com cabo, com borracha, medindo 60 cm.	Unidade	2980	Sigiloso	Sigiloso
57	Sabão de barra comum, 200gr.	Unidade	5930	Sigiloso	Sigiloso
58	Sabão de coco em barra, 200gr.	Unidade	2930	Sigiloso	Sigiloso
59	SABAO DETERGENTE EM	Unidade	9680	Sigiloso	Sigiloso

	PO SACHE 500g				
60	Saco para lixo 100 litros, embalagem com 5 unidades.	pacote	13950	Sigiloso	Sigiloso
61	Saco para lixo 30 litros, embalagem com 10 unidades.	pacote	13950	Sigiloso	Sigiloso
62	Saco para lixo 50 litros, embalagem com 10 unidades.	pacote	13950	Sigiloso	Sigiloso
63	Saco para lixo 60 litros, embalagem com 10 unidades.	pacote	13950	Sigiloso	Sigiloso
64	Sacola plástica lisa reforçada. 20 kg	Quilo	1170	Sigiloso	Sigiloso
65	Sacola plástica lisa reforçada. 30 kg	Quilo	950	Sigiloso	Sigiloso
66	Soda cáustica, embalagem com 1 kg.	Unidade	2610	Sigiloso	Sigiloso
67	Tapete para Banheiro Medida: 40cm x 60cm Composição: Felpa 100% Poliéster Base antiderrapante	Unidade	355	Sigiloso	Sigiloso
68	Toalha de banho, felpuda e macia. 100% algodão. Medindo no mínimo 0,70x105cm.	Unidade	500	Sigiloso	Sigiloso
69	Papel toalha interfolhado ideal para dispenser de papel toalha. 100% celulose conteúdo 1000 folhas, medidas: 23cm de comprimento x 21cm de largura	pacote	1430	Sigiloso	Sigiloso
70	Vassoura de cerdas em nylon, com cabo 1,20M para áreas externas e internas, 20,5CM.	Unidade	1640	Sigiloso	Sigiloso
71	Vassoura de palha 3 costuras.	Unidade	2230	Sigiloso	Sigiloso
72	Vassoura de piaçava, nº. 05, base triangular, revestida de flange de metal, medida da base da vassoura onde encaixa o cabo deve ser de 16 cm.	Unidade	4170	Sigiloso	Sigiloso
73	Vassoura gari, vassoura gari 40 cm reforçada nas laterais para limpeza urbana. Cabo com 1,60 cm.	Unidade	170	Sigiloso	Sigiloso
74	Vassourinha (escova sanitaria) para limpeza de banheiro com cabo em plástico. Com suporte.	Unidade	735	Sigiloso	Sigiloso

R$ XXXXX

UTENSÍLIOS DE COZINHA					
ITEM	**DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS**	**UNIDADE**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**V. TOTAL**
75	Acendedor para fogão tipo isqueiro mecânico; com corpo plástico e ponteira de aço; apresentado na forma de pistola; acionado através de gatilho; tamanho grande; funcionamento por fagulha de atrito.	Unidade	250	Sigiloso	Sigiloso
76	Caçarola; de alumínio; com tampo; com capacidade mínima para (12,0l); com diâmetro mínimo de (32,0cm); altura mínima de (15,0cm); asa de alumínio;	Unidade	52	Sigiloso	Sigiloso
77	Coador de pano, tamanho grande.	Unidade	696	Sigiloso	Sigiloso
78	Colher de sopa, produto confeccionado totalmente em aço inox resistente (ausencia de plástico).	Unidade	2430	Sigiloso	Sigiloso
79	Colher para arroz em aço inoxidável, comprimento 302 mm, largura 62 mm.	Unidade	650	Sigiloso	Sigiloso
80	Colher plástica para refeição, pacote com 50 unidades	pacote	3830	Sigiloso	Sigiloso
81	Colher de madeira, tamanho: 38 cm.	Unidade	650	Sigiloso	Sigiloso
82	Concha de alumínio, tamanho: 60 cm.	Unidade	450	Sigiloso	Sigiloso
83	Copo de vidro, embalagem com 6 unid, copo tipo americano com capacidade 300ml, confeccionado em vidro, transparente, incolor, totalmente cilíndrico, com aparência em cristal.	Conjunto	180	Sigiloso	Sigiloso
84	Copo plástico descartável 50ml, pacote com 100 unidades.	pacote	5070	Sigiloso	Sigiloso
85	Cuscuzeira de aluminio, 3,5 Litros	unidade	345	Sigiloso	Sigiloso

86	Cuscuzeira de aluminio, 5 litros.	Unidade	120	Sigiloso	Sigiloso
87	Cuscuzeira de aluminio, 10 litros.	Unidade	220	Sigiloso	Sigiloso
88	Cutelo para cortar carne. Tamanho 350 × 350 - 8k	Unidade	240	Sigiloso	Sigiloso
89	Descascador de legumes dimensões 16,5 x 3,8 x 0,7 cm , na cor branca e cabo de plástico.	Unidade	450	Sigiloso	Sigiloso
90	Escorredor de pratos profissional, em inox, com capacidade para no mínimo 40 pratos. Dimensões aproximadas: (a x c) 60 x 50 cm. Garantia de 06 meses.	Unidade	30	Sigiloso	Sigiloso
91	Escumadeira de alumínio 60 cm.	Unidade	200	Sigiloso	Sigiloso
92	Garfo confeccionado em aço inox; 1ª linha; resistente, inteiriço, sem rebarbas, medindo aproximadamente 18 cm, acabamento arredondado.	Unidade	380	Sigiloso	Sigiloso
93	Faca inox lâmina de aço de mesa 4”; com cabo de polipropileno, medindo compr. Lâmina: 102 mm - compr. Total 204 mm.	Unidade	380	Sigiloso	Sigiloso
94	Faca manual para cozinha; em aço inox (12c27) (açougueiro); medindo no mínimo 12”; com espessura mínima de 3 mm; cabo em polipropileno.	Unidade	372	Sigiloso	Sigiloso
95	Frigideira corpo em alumínio, com revestimento antiaderente; cabo de inox com revestimento de silicone. Capacidade de 2,7 litros dimensões aproximadas do produto: 28 x 8 cm (dim. X prof.).	Unidade	100	Sigiloso	Sigiloso
96	Garrafa térmica multi uso, corpo termoplástico de parede dupla, isolado termicamente com espuma de poliuretano; grande resistência ao uso, impactos e quedas; com copo	Unidade	55	Sigiloso	Sigiloso

	para beber, bocal removível, alça integrada de grande resistência. Material atóxico e reciclável. Capacidade: 5 litros, Cores variadas.				
97	Jarra em vidro, com capacidade mínima de 1 litro. Dimensões aproximadas (a x l x p) 29 x 28 x 32 cm	Unidade	130	Sigiloso	Sigiloso
98	Jarra graduada com tampa, material atóxico em polipropileno, possui régua com medidas embutidas no corpo do produto de ½ á 5 litros com indicações a cada 1000 ml. Dimensões aproximadas (a x d) 27 x 19 cm.	Unidade	300	Sigiloso	Sigiloso
99	Registro Regulador de Gás Para Fogão Industrial Alta Pressão	Unidade	160	Sigiloso	Sigiloso
100	Mangueira para botijão de gás, P-13, medindo 1 metro de comprimento, com registro. Aprovado pelo imetro.	Unidade	160	Sigiloso	Sigiloso
101	Marmitex Isopor N 8 pacote com 100 Unidades com Tampa	PACOTE	1200	Sigiloso	Sigiloso
102	Panela caçarola industrial em alumínio 30 litros.	Unidades	220	Sigiloso	Sigiloso
103	Panela caçarola industrial em alumínio 40 litros.	Unidades	220	Sigiloso	Sigiloso
104	Panela caçarola industrial em alumínio 60 lts	Unidade	100	Sigiloso	Sigiloso
105	Panela de alumínio fundido 04 litros com tampa, medindo 27 cm largura x 10 cm profundidade.	Unidade	35	Sigiloso	Sigiloso
106	Panela de pressão em aço inox, 10 litros.	Unidade	10	Sigiloso	Sigiloso
107	Panela de pressão em aço inox, 20 litros.	Unidade	25	Sigiloso	Sigiloso
108	Panela de pressão em aço inox, 30 litros.	Unidade	40	Sigiloso	Sigiloso
109	Papeiro fundido de 2 lts	UNIDADE	120	Sigiloso	Sigiloso
110	Papeiro fundido de 5 lts	Unidade	40	Sigiloso	Sigiloso
111	Pedra para amolar faca 20 x 5 cm.	Unidade	150	Sigiloso	Sigiloso

112	Peneira em aço inox, 24 cm, prata	Unidade	170	Sigiloso	Sigiloso
113	Prato fundo, fundos tradicionais, simples, de vidro temperado.	Unidade	350	Sigiloso	Sigiloso
114	Tábua de cortar carne. Acrílico. Tamanho 30/60	Unidade	200	Sigiloso	Sigiloso
R$					

HIGIENE PESSOAL					
ITEM	**DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS**	**UNIDADE**	**QUANT.**	**V. UNITÁRIO**	**V. TOTAL**
115	Absorvente higiênico com abas, pacote com 8 und.	Pacote	660	Sigiloso	Sigiloso
116	Aparelho de barbear de 2 lâminas descartavel, 2x1	kit	350	Sigiloso	Sigiloso
117	Colônia adulto, frasco com 100 ml	frasco	150	Sigiloso	Sigiloso
118	Colônia infantil, frasco com 120 ml	frasco	150	Sigiloso	Sigiloso
119	Condicionador para cabelo frasco 350 ml (adulto)	frasco	250	Sigiloso	Sigiloso
120	Condicionador para cabelo frasco com 480 ml (infantil)	frasco	200	Sigiloso	Sigiloso
121	Creme de pentear frasco 300 ml	frasco	100	Sigiloso	Sigiloso
122	Creme dental embalagem de 50G INFANTIL	Unidade	200	Sigiloso	Sigiloso
123	Creme dental embalagem de 90g	Unidade	500	Sigiloso	Sigiloso
124	Creme para assadura, embalagem com 45g	Unidade	120	Sigiloso	Sigiloso
125	Desodorante spray embalagem 150 ml	Unidade	200	Sigiloso	Sigiloso
126	Escova dental adulto, comprimento 19 cm, cerdas duras	Unidade	500	Sigiloso	Sigiloso
127	Escova dental infantil, com cerda macia, de boa qualidade.	Unidade	1500	Sigiloso	Sigiloso
128	Fralda Calça Tam. G - 9 a 14kg pacote com 30 Unidades.	Pacote	700	Sigiloso	Sigiloso
129	Fralda Calça Tam. M - 7 a 10kg pacote com 34 Unidades	Pacote	1150	Sigiloso	Sigiloso
130	Fralda Calça Tam. P - 3 a 9kg pacote com 46 Unidades	Pacote	450	Sigiloso	Sigiloso
131	Fralda Geriátrica Plus - de 70 a 90 kg pacote com 7 unidades	pacote	1050	Sigiloso	Sigiloso

132	Hastes flexíveis com algodão nas pontas, caixa com 75 unid.	Caixa	610	Sigiloso	Sigiloso
133	Lenço umedecido, pacote com 50 folhas.	pacote	300	Sigiloso	Sigiloso
134	Pente de cabelo plástico, tam. Grande	Unidade	90	Sigiloso	Sigiloso
135	Sabonete em barra anti-bactriano, sabonete anti-séptico - 90 gr.	Unidade	1400	Sigiloso	Sigiloso
136	Sabonete líquido Erva Doce OU LANVANDA, emb. com 500 ml.	frasco	558	Sigiloso	Sigiloso
137	Sabonete em barra para bebê, unidade com 80 g.	UNIDADE	300	Sigiloso	Sigiloso
138	Shampoo adulto, embalagem com 325 ml	frasco	250	Sigiloso	Sigiloso
139	Shampoo infantil, embalagem com 210 ml	frasco	400	Sigiloso	Sigiloso
140	Talco perfumado para criança, frasco com 50g	frasco	200	Sigiloso	Sigiloso
R$					

GRUPO 2 – COTA DE 20%, EXCLUSIVA À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EM-PRESAS DE PEQUENO PORTE					
MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE					
ITEM	**DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS**	**UNIDADE**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**V. TOTAL**
141	Água sanitária, frasco com 1 litro.	frasco	6772	Sigiloso	Sigiloso
142	Caixa plástica com tampa 1200 × 899 - 140 litros.	Unidade	36	Sigiloso	Sigiloso
143	Desinfetante, capaz de eliminar 99,9% do vírus, bactérias e fungos de diversas superfícies frasco c/ 1.000 ml.	frasco	4456	Sigiloso	Sigiloso
144	Desodorizador de ambiente aerossol tipo spray 400ml.	Unidade	1152	Sigiloso	Sigiloso
145	Papel higiênico dupla face (rolão), pacote com 4 unid. Com 60m	pacote	5640	Sigiloso	Sigiloso
146	Saco para lixo 15 litros, embalagem com 20 unidades.	pacote	2790	Sigiloso	Sigiloso
147	PAPEL TOALHA – PACOTE COM 2 ROLOS, folha dupla, com no mínimo 60 folhas por rolo, dimensões mínimas de 19	pacote	1920	Sigiloso	Sigiloso

	cm x 20 cm por folha, boa capacidade de absorção, indicado para limpeza de superfícies e absorção de líquidos, acondicionado em embalagem adequada				
R$ XXXXXX					

UTENSÍLIOS DE COZINHA					
ITEM	**DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS**	**UNIDADE**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**V. TOTAL**
148	Copo plástico descartável 180ml, pacote com 100 unidades.	pacote	4180	Sigiloso	Sigiloso
149	Kit de merenda escolar em polipropileno - livre de BPA, pro-duzido com polipropileno virgem atóxico. Modelo liso nas partes interna externa (sem frisos), com formato interno arre-dondado, com aba, empalhável. Kit composto por 1 copo com alça (300 ml), 1 prato fundo e 1 colher.	kit	2020	Sigiloso	Sigiloso
R$ XXXXX					

HIGIENE PESSOAL					
ITEM	**DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS**	**UNIDADE**	**QUANT.**	**V. UNITÁRIO**	**V. TOTAL**
150	Fralda Geriátrica Plus - de 40 a 70 kg pacote com 8 unidades	pacote	510	Sigiloso	Sigiloso

GRUPO 3 – COTA DE 80%, AMPLA PARTICIPAÇÃO					
MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE					
ITEM	**DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS**	**UNIDADE**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**V. TOTAL**
151	Água sanitária, frasco com 1 litro.	frasco	27092	Sigiloso	Sigiloso
152	Caixa plástica com tampa 1200 × 899 - 140 litros.	Unidade	144	Sigiloso	Sigiloso
153	Desinfetante, capaz de eliminar 99,9% do vírus, bactérias e fungos de diversas superfícies frasco c/ 1.000 ml.	frasco	17824	Sigiloso	Sigiloso
154	Desodorizador de ambiente	Unidade	4608	Sigiloso	Sigiloso

	aerossol tipo spray 400ml.				
155	Papel higiênico dupla face (rolão), pacote com 4 unid. Com 60m	pacote	22560	Sigiloso	Sigiloso
156	Saco para lixo 15 litros, embalagem com 20 unidades.	pacote	11160	Sigiloso	Sigiloso
157	PAPEL TOALHA – PACOTE COM 2 ROLOS, folha dupla, com no mínimo 60 folhas por rolo, dimensões mínimas de 19 cm x 20 cm por folha, boa capacidade de absorção, indicado para limpeza de superfícies e absorção de líquidos, acondicionado em embalagem adequada	pacote	7680	Sigiloso	Sigiloso
R$ XXXXXX					

UTENSÍLIOS DE COZINHA					
ITEM	**DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS**	**UNIDADE**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**V. TOTAL**
158	Copo plástico descartável 180ml, pacote com 100 unidades.	pacote	16720	Sigiloso	Sigiloso
159	Kit de merenda escolar em polipropileno - livre de BPA, pro-duzido com polipropileno virgem atóxico. Modelo liso nas partes interna externa (sem frisos), com formato interno arredondado, com aba, empalhável. Kit composto por 1 copo com alça (300 ml), 1 prato fundo e 1 colher.	kit	8080	Sigiloso	Sigiloso
R$ XXXXX					

HIGIENE PESSOAL					
ITEM	**DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS**	**UNIDADE**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**V. TOTAL**
160	Fralda Geriátrica Plus - de 40 a 70 kg pacote com 8 unidades	pacote	2040	Sigiloso	Sigiloso

3.2. O prazo de vigência da contratação se iniciará na data de sua assinatura e finalizará em 31 de dezembro do exercício vigente, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 c/c 107 da

Lei n° 14.133, de 2021, por ser economicamente mais vantajosa para o Município de Buriticupu/MA, tendo em vista que sua interrupção compromete a continuidade das atividades da Administração.

3.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3.4. MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA DEFINIÇÃO DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS

3.4.1. A estimativa dos quantitativos constitui etapa essencial do planejamento da contratação, tendo sido elaborada a partir do levantamento das necessidades apresentadas pelas unidades administrativas demandantes, considerando a natureza dos materiais, a frequência de utilização, o consumo estimado, a reposição periódica dos estoques, a quantidade de prédios e unidades atendidas, bem como a necessidade de manutenção da continuidade das atividades e serviços públicos.

3.4.2. A relação de itens contempla diferentes categorias de materiais, incluindo produtos de limpeza e higiene, utensílios e equipamentos de copa e cozinha e materiais de higiene pessoal, cujos quantitativos foram individualmente estimados conforme as características e necessidades de utilização de cada item.

3.5. METODOLOGIA UTILIZADA PARA A ESTIMATIVA

3.5.1. Para definição dos quantitativos constantes da planilha de contratação, foram considerados, de forma conjunta e complementar, os seguintes parâmetros:

I – Levantamento das necessidades das Secretarias Municipais:
Foram consideradas as demandas encaminhadas pelas diversas Secretarias e unidades administrativas do Município, levando em consideração as necessidades específicas de cada órgão, setor, prédio público e unidade de atendimento.

II – Histórico e expectativa de consumo:
Sempre que disponíveis, foram utilizados como referência os dados de consumo e as aquisições realizadas em períodos anteriores, promovendo-se as adequações necessárias em razão da ampliação, redução ou alteração das atividades administrativas e dos serviços públicos.

III – Natureza e frequência de utilização dos materiais:
Foram considerados materiais de consumo contínuo e rotineiro, tais como detergentes, sabões, álcool, papel toalha, sacos para lixo, esponjas, panos, desinfetantes, produtos de higiene e outros materiais necessários à limpeza, conservação e manutenção dos ambientes públicos.

IV – Quantidade de unidades e locais atendidos:
A estimativa considerou a existência de múltiplos prédios, secretarias, departamentos, escolas, unidades administrativas, espaços públicos e demais locais que necessitam dos materiais objeto da contratação.

V – Necessidade de reposição e manutenção de estoque:
Foram consideradas as necessidades de reposição periódica dos materiais, de modo a evitar desabastecimento e interrupção das atividades administrativas e dos serviços públicos.

VI – Aquisição parcelada conforme a necessidade:
Os quantitativos estimados representam a demanda máxima projetada para o período de vigência da contratação, não constituindo obrigação de aquisição integral e imediata pela Administração.

3.6. FÓRMULA UTILIZADA PARA A DEFINIÇÃO DA DEMANDA

3.6.1. De forma geral, a estimativa dos quantitativos foi obtida mediante a seguinte metodologia:

Quantidade Estimada = Consumo Médio Projetado + Necessidades das Unidades Demandantes + Reposição de Estoque + Margem de Segurança Administrativa

Onde:

- **Consumo Médio Projetado:** corresponde à expectativa de utilização dos materiais durante o período de vigência da contratação;
- **Necessidades das Unidades Demandantes:** corresponde aos quantitativos necessários para atendimento das Secretarias e demais unidades administrativas;
- **Reposição de Estoque:** considera a necessidade de substituição dos materiais consumidos, desgastados ou inutilizados;
- **Margem de Segurança Administrativa:** corresponde à previsão necessária para absorver variações ordinárias da demanda e evitar a interrupção do abastecimento.

3.6.2. A margem de segurança não representa quantitativo arbitrariamente acrescido, mas decorre da própria necessidade de planejamento da contratação, especialmente diante da multiplicidade de órgãos e unidades atendidas e da impossibilidade de previsão exata do consumo futuro de cada material.

3.7. CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE DIMENSIONAMENTO

3.7.1. Materiais de limpeza e conservação

Para os materiais de limpeza e conservação, foram considerados o consumo contínuo nas dependências das Secretarias Municipais e demais unidades públicas, a frequência das atividades de limpeza, o número de ambientes atendidos e a necessidade de reposição periódica.

Assim, itens como detergentes, álcool, sabões, esponjas, panos, sacos para lixo, vassouras, rodos, baldes, lixeiras e demais materiais tiveram seus quantitativos definidos de acordo com a estimativa de utilização ao longo da vigência da futura contratação.

Por exemplo, a previsão de **23.850 frascos de detergente líquido**, **20.820 unidades de esponja para lavar louça**, **13.950 pacotes para cada uma das principais capacidades de sacos para lixo previstas**, bem como os quantitativos de panos, rodos, vassouras e demais materiais, decorre da necessidade de abastecimento contínuo das diversas unidades administrativas e da utilização rotineira desses produtos nas atividades de limpeza e conservação.

3.7.2. Materiais de higiene

Os quantitativos dos materiais de higiene foram estimados considerando a utilização pelos servidores, usuários dos serviços públicos, alunos e demais pessoas atendidas nas unidades municipais, observando-se a necessidade de manutenção de condições adequadas de higiene, limpeza e conservação dos ambientes.

Foram considerados, conforme a natureza de cada item, fatores como número estimado de usuários, frequência de utilização, periodicidade de reposição e necessidade de disponibilidade contínua dos produtos.

3.7.3. Materiais de copa e cozinha

Os quantitativos dos materiais destinados à copa e cozinha foram dimensionados considerando as necessidades das unidades que realizam preparo, acondicionamento, distribuição ou apoio à alimentação, bem como das demais repartições públicas que utilizam utensílios e materiais dessa natureza.

A estimativa contempla tanto materiais de consumo periódico, como copos, marmitas, colheres e outros descartáveis, quanto utensílios de maior durabilidade, cuja quantidade foi calculada considerando a necessidade de reposição, substituição de materiais danificados e atendimento das unidades demandantes.

3.7.4. Utensílios domésticos e equipamentos auxiliares

Para os utensílios domésticos e demais itens de uso durável, foram considerados:

- a quantidade de unidades administrativas atendidas;
- a necessidade de substituição de materiais desgastados ou danificados;
- a ampliação ou reorganização de setores e serviços;

- a necessidade de formação de estoque mínimo para reposição;
- as solicitações apresentadas pelas unidades demandantes.

Dessa forma, os quantitativos previstos para panelas, caçarolas, utensílios de cozinha, bacias, baldes, caixas térmicas, lixeiras e demais materiais foram definidos de acordo com a necessidade projetada da Administração Municipal.

3.8. CONSOLIDAÇÃO DOS QUANTITATIVOS

3.8.1. Os quantitativos constantes da planilha anexa representam a consolidação das necessidades identificadas pelas Secretarias Municipais e demais unidades integrantes da estrutura administrativa do Município de Buriticupu/MA.0

3.8.2. A planilha contempla itens de natureza diversa, agrupados conforme sua finalidade, incluindo:

- materiais de limpeza e higiene;
- materiais destinados à conservação e manutenção dos ambientes;
- produtos e materiais de higiene pessoal;
- utensílios de copa e cozinha;
- utensílios domésticos;
- materiais descartáveis;
- equipamentos e acessórios auxiliares às atividades das Secretarias Municipais.

3.8.3. Cada quantitativo indicado na planilha corresponde à projeção da demanda máxima estimada para o período de vigência da contratação, observada a metodologia de planejamento acima descrita.

3.9. MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS VALORES ESTIMADOS

3.9.1. Os valores totais estimados de cada item foram obtidos mediante a seguinte fórmula:

Valor Total do Item = Quantidade Estimada × Valor Unitário Estimado

A título exemplificativo:

Item – Ácido muriático, frasco com 1 litro:

Quantidade estimada: **500 frascos**

Valor unitário estimado: **R$ 6,26**

Cálculo:

500 × R$ 6,26 = **R$ 3.130,00**

3.9.2. Da mesma forma, os valores totais dos demais itens constantes da planilha foram obtidos pela multiplicação entre o quantitativo estimado e o respectivo valor unitário de referência.

3.9.3. Os subtotais de cada grupo deverão corresponder à soma dos valores totais dos itens que o integram, enquanto o valor global estimado da contratação corresponderá à soma de todos os grupos e itens previstos na planilha.

3.9.4. Diante do levantamento realizado, conclui-se que os quantitativos constantes da planilha foram estimados com base nas necessidades projetadas das Secretarias Municipais e demais unidades administrativas do Município de Buriticupu/MA, considerando o consumo contínuo dos materiais, a diversidade das atividades desenvolvidas, a necessidade de reposição periódica dos estoques e a manutenção da continuidade dos serviços públicos.

3.9.5. Portanto, os quantitativos estimados mostram-se compatíveis com a necessidade projetada da Administração Municipal, constituindo parâmetro adequado para o planejamento da contratação de empresa para eventual, futura e parcelada aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa, cozinha e utensílios domésticos destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Buriticupu/MA.

4. NATUREZA DO OBJETO

4.1. Os produtos objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
4.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 041/2023.

5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1.1. Faz-se necessário para suprir às necessidades de fornecimento interno, bem como para dar atendimento, de forma satisfatória, ás constantes demandas destas diversas secretarias e setores vinculados, na obtenção de materiais para o desenvolvimento das atividades diárias do Município de Buriticupu, haja vista que os materiais listados, dão suporte as tarefas e ações operacionais necessárias ao bom andamento dos órgãos municipais e até mesmo de forma preventiva, para evitar interrupção nos serviços executados.
5.1.2. A aquisição de materiais de limpeza é fundamental para manter a higiene dos ambientes de trabalho na Prefeitura e setores vinculados e secretarias municipais. A limpeza regular é crucial para prevenção de doenças, ambientes limpos reduzem a proliferação de germes e bactérias, protegendo a saúde dos servidores e do público atendido, manter um ambiente limpo e organizado contribui para o bem-estar e a produtividade dos servidores.
5.1.3. Aquisição de utensílios domésticos é necessária para a preparação e armazenamento de alimentos nas secretarias que dispõem de copa ou cozinha necessitam de utensílios para preparo, armazenamento e consumo de alimentos, assegurando condições básicas de alimentação para os servidores a organização e funcionalidade: Utensílios adequados facilitam a organização e a realização das atividades diárias, aumentando a eficiência do trabalho.
5.1.4. A aquisição de produtos de higiene pessoal, se faz necessária a fim de atender e manter a salubridade e higiene dos adolescentes assistidos pelos programas vinculados a secretaria municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Economia solidária e aos pacientes atendidos pela rede municipal de saúde do município.
5.2. A aquisição de Materiais de Limpeza e Utensílios Domésticos é uma medida necessária e urgente para assegurar a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços prestados pelas Secretarias da Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA. Além de estar amparada por dispositivos legais, essa contratação é fundamental para atender às demandas da população e garantir o bom funcionamento da administração pública municipal, impactando positivamente nos resultados a serem alcançados pelas atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais: Sec. Municipal de Administração e Planejamento; Sec. Municipal Agricultura, Pesca, Agropecuária e Abastecimento; Sec. Municipal Educação; Sec. Municipal Desenvolvimento Social, Trabalho, e Economia Solidária; Sec. Municipal de Habitação; Sec. Municipal de Cultura; Sec. Municipal de Infra-

estrutura, Obras e Urbanismo; Sec. Municipal de Saúde e Sec. Municipal de Segurança Pública e Mobilidade Urbana.

5.3. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):

5.3.1. ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

5.3.2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Sec. Municipal de Administração e Planejamento; Sec. Municipal Agricultura, Pesca, Agropecuária e Abastecimento; Sec. Municipal Educação; Sec. Municipal Desenvolvimento Social, Trabalho, e Economia Solidária; Sec. Municipal de Habitação; Sec. Municipal de Cultura; Sec. Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo; Sec. Municipal de Saúde e Sec. Municipal de Segurança Pública e Mobilidade Urbana.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

6.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Sustentabilidade

7.1.1. Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7.2. Indicação de marcas ou modelos

7.2.1. Não se aplica a este objeto.

7.3. Vedação de utilização de marca/produto no fornecimento dos produtos

7.3.1. Não se aplica a este objeto.

7.4. Exigência de carta de solidariedade

7.4.1. Não se aplica a este objeto.

7.5. Subcontratação

7.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

8. MODELO DE FORNECIMENTO DO OBJETO

8.1. Condições de Entrega

8.1.1. O prazo para o fornecimento será de 5 (cinco) dias uteis, contados do(a) recebimento da ordem de fornecimento.

8.1.2. No ato da entrega dos produtos, as Notas Fiscais devem conter as quantidades e especificações de todos os itens fornecidos.

8.1.3. O transporte dos produtos deverá ser feito em veículo adequado que garanta a qualidade e integridade dos mesmos, sendo todos entregues em perfeito estado.

8.2. Local de entrega dos produtos

8.2.1. A prestação do fornecimento deverá ser de acordo com a necessidade da Secretaria solicitante, no seu endereço ou em outro local previamente determinado pela mesma, mediante Ordem de Fornecimento.

8.3. forma de fornecimento dos produtos

8.3.1. Será mediante apresentação de requisição própria do executor do contrato da Prefeitura Municipal de Buriticupu – MA, em 01 (uma) via, devendo conter no verso carimbo em alto relevo e devidamente assinada por servidor autorizado, contendo os seguintes dados:

a) Secretaria Municipal Requisitante;
b) Informar a quantidade dos produtos;
c) Informar o valor referente a cada produto;
d) Informar a data da prestação dos fornecimentos dos produtos;
e) Assinatura do funcionário da empresa;
f) Assinatura e carimbo do diretor do Setor de Compras.

8.4. Procedimentos de transição e finalização do contrato

8.4.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediantes simples apostila.
9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. Preposto

9.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da execução do objeto, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
9.6.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

9.7. Fiscalização

9.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato da Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA.
9.7.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
9.7.3. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
9.7.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.7.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
9.7.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
9.7.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
9.7.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
9.7.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.8. Gestor do Contrato

9.8.1. O Gestor de Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.
9.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
9.8.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
9.8.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
9.8.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
9.8.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
9.8.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. Recebimento

10.1.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fis-

calização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
10.1.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
10.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 05 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
10.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
10.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
10.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
10.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.2. Liquidação

10.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
10.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
10.2.2.1. o prazo de validade;
10.2.2.2. a data da emissão;
10.2.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
10.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
10.2.2.5. o valor a pagar; e
10.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
10.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
10.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
10.2.5. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mes-

mo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
10.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
10.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
10.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10.3. Prazo de pagamento

10.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo do objeto, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

10.4. Forma de pagamento

10.4.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, mediante a apresentação de Nota Fiscal/fatura, devidamente atestada por servidor competente, acompanhada da respectiva Ordem de fornecimento e das certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária, conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014; Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Estado; Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), diretamente na conta que o fornecedor apresentar em sua proposta.
10.4.2. O pagamento será feito em favor da empresa contratada através de ordem ou transferência bancária em sua conta corrente, após assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, emitido pela Secretaria Requisitante.
10.4.3. A CONTRATADA deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal/Fatura à Secretaria Requisitante acompanhada das Certidões listadas no subitem 8.4.1 acima.
10.4.4. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar também juntamente com a documentação elencada no item 8.4.1, o Extrato do Simples referente a última competência.
10.4.5. A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte Optante pelo Simples estará sujeita a retenção do ISSQN na fonte incidente sobre os serviços prestados, em conformidade com o art. 8º do Decreto Municipal nº 116, de 13 de maio de 2014.
10.4.6. O pagamento será efetuado após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.
10.4.7. Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações em virtude de penalidades impostas ou inadimplência contratual, inclusive, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.

10.4.8. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.
10.4.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da Nota Fiscal/Fatura, terá a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:
I = (TX/100) I = (6/100) I = 0,00016438
365 365
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. Para comprovação de atendimento à Qualificação Técnica, o edital deverá exigir a apresentação do(s) seguinte(s) documento(s):
11.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante executado a prestação satisfatória dos serviços/fornecimento da mesma natureza ou similares aos do presente Termo de Referência.
11.1.2. Entre as qualificações técnicas indispensáveis, objetivando garantir que os proponentes interessados em prestar seus serviços/fornecimento à Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA sejam empresas idôneas e qualificadas para o fornecimento dos bens e/ou execução dos serviços.

12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. A adjudicação e homologação das propostas de preços será pelo critério do MENOR PREÇO “POR ITEM”.
12.2. Não há óbice quanto à adjudicação de um ou mais itens para a mesma licitante.

13. FONTE DE RECURSO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta de recursos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA, conforme especificadas abaixo:

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 04 **–** SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
UNIDADE: 04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 04.122.0002.2.008 – MANUTENÇÃO E FUNC. DA SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRI. PESCA. AGRO E ABESTECIMENTO
UNIDADE: 04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRI. PESCA. AGRO E ABESTECIMENTO
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 20.122.0002.2.022 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE AGRIC. PESCA AGROP. E ABASTECIMENTO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
DESPESAS FIXADAS: 250.000,00

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
UNIDADE: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 13.122.0002.2.112 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DE CULTURA
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 04.122.0002.2.013 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 24 – SEC MUN SEGURANÇA PUBLICA E MOB URBANA
UNIDADE: 24.01 - SEC MUN SEGURANÇA PUBLICA E MOB URBANA
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 06.122.0045.1.171 – MANUTENÇÃO DA SEC MUN DE SEGURANÇA PUBLICA E MOBILIDADE URBANA
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
UNIDADE: 08.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

FUNÇÃO PROGRAMATICA: 04.122.0002.2.019 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 14 **–** SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORT. LAZER E JUVENTUDE
UNIDADE: 14.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORT. LAZER E JUVENTUDE
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 27.122.0002.2.106 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE ESPORTE LAZER E JUVENTUDE
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA COMERC. E TURISMO
UNIDADE: 09.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA COMERC. E TURISMO
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 04.122.0002.2.118 – MANUT. E FUNC. DA SEC. DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 12 – SEC. MUN. DE MEIO AMB. E PRESERV. REC. NATURAIS
UNIDADE: 09.01 – SEC. MUN. DE MEIO AMB. E PRESERV. REC. NATURAIS
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 04.122.0002.2.105 – MANUT. E FUNC. DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E PRESEV. DE RECURSOS NATURAIS
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 25 – SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER
UNIDADE: 25.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 04.122.0002.1.175 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 10 **–** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE: 10.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 12.361.0017.2.024 – MANT E FUNC. DA SECRETARIA DE EDCUAÇÃO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE: 10.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
FUNÇÃO PROGRAMATICA 12.361.0017.2.027 – MANUTENÇÃO DO SALARIO EDU-CAÇÃO - QSE
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 10 **–** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE: 10.03 – FUNDEB
FUNÇÃO PROGRAMATICA 12.361.0017.1.008 – MANUTENÇÃO DA COMPLEMEN-TAÇÃO VAAR ENSINO
FUNDAMENTAL
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE: 10.03 – FUNDEB
FUNÇÃO PROGRAMATICA 12.365.0017.1.009 – MANUTENÇÃO DA COMPLEMEN-TAÇÃO VAAR EDUCAÇÃO
INFANTIL
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 10 **–** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE: 10.02 – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

FUNÇÃO PROGRAMATICA 12.361.0017.2.052 – MANUTENÇÃO E APOIO ÀS ATIVIDADES DO ENSINO
FUNDAMENTAL
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE: 10.02 – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
FUNÇÃO PROGRAMATICA 12.365.0017.2.162 – IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DE TEMPO
INTEGRAL
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 16 **–** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
UNIDADE: 16.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 10.122.0026.2.037 – MANUTENÇÃO E FUCIONAMENTO DA SECRETARIA DE SAUDE/FMS
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 16 **–** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
UNIDADE: 16.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 10.302.0026.2.098 – MANUTENÇÃO E FUCIONAMENTO DO HOSPITAL MUNICIPAL
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 16 **–** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
UNIDADE: 16.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 10.302.0026.2.135 – UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA PORTE I
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA

SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 16 **–** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
UNIDADE: 16.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 10.302.0026.2.114 – SERIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGENCIA - SAMU
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 16 **–** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
UNIDADE: 16.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 10.301.0026.2.095 – MANUTENÇÃO E FUNC. DOS POS-TOS DE SAÚDE
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 11 **–** SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABA-LHO E ECONOMIA SOLIDARIA
UNIDADE: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO E ECONOMIA SOLIDARIA
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 08.122.0002.2.030 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 19.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 08.244.0030.2.050 – MANUTENÇÃO E FUNC. DO CREAS
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 19 **–** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 19.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

FUNÇÃO PROGRAMATICA: 08.244.0030.2.136 – RESIDENCIA INCLUSIVA **ELEMENTO DE DESPESA**: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 19 **–** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 19.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 08.243.0030.2.137 – ABRIGO INSTITUCIONAL
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 19 **–** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 19.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 08.244.0030.2.041 – GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA IFDBF
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 19 **–** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 19.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 08.244.0018.2.062 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE CONVIVENCIA
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 19 **–** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 19.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 08.244.0028.2.047– GESTÃO DO PROGRAMA IGDSUAS
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

PODER: 02 **–** PODER EXECUTIVO
ORGÃO: 19 **–** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 19.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

FUNÇÃO PROGRAMATICA: 08.244.0029.2.132 – MANUTENÇÃO DO SCFV – CRIANÇA, JOVEM/E IDOSOS
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONUMO
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA
SUB-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA PRODUTO DE HIGIENIZAÇÃO

14. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

14.1. Deveres e Responsabilidades da CONTRATANTE, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:

14.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos;

14.1.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições pactuadas;

14.1.3. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

14.1.4. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do objeto;

14.1.5. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes ao fornecimento dos produtos;

14.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com o Contrato;

14.1.7. Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento dos fornecimentos dos produtos contratados;

14.2. Deveres e Responsabilidades da CONTRATADA, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:

14.2.1. Executar o contrato conforme especificações definidas no presente Termo de Referência;

14.2.2. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos produtos que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários;

14.2.3. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;

14.2.4. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contratos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual;

14.2.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE;

a) Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.

14.2.6. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.2.7. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento;

14.2.8. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem anuência da Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA;

14.2.9. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA;

14.2.10. A CONTRATADA será responsável pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, subordinados ou prepostos.

15. CONTRATAÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1. O contrato obedecerá às condições estabelecidas no Edital e seus anexos, e estará vinculado integralmente à este instrumento, implicando na obrigatoriedade da empresa licitante vencedora em cumprir todas as obrigações e condições especificadas neste Termo de Referência.
15.2. A administração convocará a empresa, para assinatura do termo de contrato, a qual terá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da convocação, para celebração do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência eletrônica, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico, preferencialmente a forma que dispõe o Decreto Municipal nº 041/2023.
15.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
15.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos;
15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
15.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas no aviso de contratação, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
15.5. O prazo de vigência da contratação se iniciará na data de sua assinatura e finalizará em 31 de dezembro do exercício vigente, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 c/c 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
13.6. Os contratos decorrentes deste instrumento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124, da Lei nº 14.133/2021.
15.7. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n°. 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços ou nas compras.

16. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
16.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
16.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

16.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
16.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
16.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
16.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
16.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
16.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
16.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
16.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
16.1.5. fraudar a licitação
16.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
16.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
16.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
16.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
16.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
16.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
16.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
16.2.1. advertência;
16.2.2. multa;
16.2.3. impedimento de licitar e contratar e
16.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
16.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
16.3.2. as peculiaridades do caso concreto
16.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
16.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
16.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
16.4. A multa será recolhida em percentual 5% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de *30 (trinta)* **dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
16.4.1. Para as infrações previstas em Lei, a multa será de 5% do valor do contrato licitado.
16.4.2. Para as infrações previstas em Lei, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.
16.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
16.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas previstas em Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Públi-

ca direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas em Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas em Lei que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
16.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita em Lei, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
16.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
16.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
16.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
16.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
16.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DA PRESTAÇÃO DOS FORNECIMENTOS.

17.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

17.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

17.2. Forma de prestação dos fornecimentos.

17.2.1. A prestação de fornecimento do objeto será empreitada por preço unitário “fornecimento parcelado”.

18. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO.

18.1. O edital da licitação definirá todas as exigências de habilitação, devidamente regulamentada pela legislação vigente, em especial à luz da Lei nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, exigindo principalmente documentação relativa a:
18.1.1. Habilitação jurídica;
18.1.2. Habilitação Técnica (conforme disposições contidas no item 9.);

18.1.3. Fiscal, Social e Trabalhista;
18.1.4. Qualificação econômico-financeira;
18.1.5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

19. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

19.1. O objeto deste Termo de Referência se fundamenta na Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se ainda as disposições contidas no Decreto Municipal nº 041/2023 e demais normas pertinentes.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026
ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº_____/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2008001/2026

Termo de Contrato celebrado em entre o MUNICÍPIO DE BURITICUPU, por meio da _____ *[órgão da Administração Direta]*, ou a (o) _____ *[entidade da Administração Indireta]*, como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para fornecimento contínuo na forma abaixo.

Por este instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE BURITICUPU, ESTADO DO MARANHÃO,** por meio do _____ [*órgão da Administração Direta*], ou _____ a(o) [*entidade da Administração Indireta*] com sede na _____, a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo [*autoridade administrativa competente para firmar o contrato*], inscrito no CPF nº _____, e a sociedade _____ , estabelecida na _____ [*endereço da sociedade CONTRATADA*], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ [*representante da sociedade CONTRATADA*], inscrito no CPF nº _____, têm justo e acordado o presente Contrato Nº _____, decorrente da PREGÃO ELETRÔNICO nº 018/2026, formalizado nos autos do Processo Administrativo nº 2008001/2026, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral, da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

PARAGRAFO UNICO: Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição:

a) Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2026;
b) Termo de Referência;
c) Proposta e documentos anexos, firmados pela CONTRATADA;

d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação de _____, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Parágrafo Único – Os **fornecimentos contínuos** serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas do **Termo de Referência**, bem como nas normas técnicas para a fornecimento dos produtos.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

O valor total do presente contrato é de R$ _____ (por extenso), conforme planilha discriminativa abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA (se houver)	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL

Parágrafo Primeiro – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Parágrafo Segundo – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no(a) *[setor competente do órgão ou entidade licitante]*.

Parágrafo Primeiro – Para fins de **medição**, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do **serviço prestado** será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no(a) _____ [*setor competente do órgão ou entidade contratante*].

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, Ordem de autorização e as certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária, conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014; Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Ne-

gativa de Inscrição na Dívida Ativa do Estado; Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Parágrafo Quarto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços ou fornecimento efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

O objeto do presente instrumento poderá ser reajustado conforme descrição constantes no Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro – No caso de reajuste, os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:
R = Po [(I-Io)/Io]
Onde:
R = valor do reajuste;
I = índice IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;
Io = índice do IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta; Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 30 (trinta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Segundo – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Terceiro – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Quarto - O prazo de vigência da contratação será até 31 de dezembro do exercício vigente, contados da data da sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização do fornecimento dos produtos caberá à comissão designada por ato do_____ [*titular do órgão ou entidade contratante*]. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução do objeto, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne ao execução contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades no fornecimento dos produtos contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA - EXECUÇÃO

Os fornecimentos serão executados conforme especificações constantes no termo de referência, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

Parágrafo Segundo – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

Parágrafo Terceiro – A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Parágrafo Quarto – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações da contratada serão aquelas previstos no Termo de Referência, anexo do edital.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

As obrigações do contratante serão aquelas previstos no Termo de Referência, anexo do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO:

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pelo [*autoridade competente*] _____ que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência/Projeto Básico.

Parágrafo Único - Na recusa de recebimento, por não atenderem às exigências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá, se possível, fornecer os produtos, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos da CONTRATANTE a partir da data do efetivo recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento

protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Primeiro - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
iv. **Multa:**
    1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
    2. *Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
        i. *O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

Parágrafo Segundo - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese

alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Terceiro - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Quarto - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Quinto - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Sexto - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *60 (sessenta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Oitavo - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Nono - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Décimo - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décima Primeira - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décima Segunda - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Décima Terceira - Os débitos do contratado para com a Administração contratante,

resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - EXTINÇÃO

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo Primeiro – O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Parágrafo Segundo – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Parágrafo Terceiro – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

Parágrafo Quarto – O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Parágrafo Quinto – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Sexto – O termo de extinção, sempre que possível, será precedido: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

Parágrafo Sétimo – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA, classificada conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO:
UNIDADE ORÇAMENTARIA:
PROJETO/ATIVIDADE:
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA:

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Buriticupu para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município nos prazos legais, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012, além da divulgação do instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

a. Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021;
b. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Buriticupu/MA, em _____ de _____ de 2026.

_____
Agente Público competente do órgão

ou entidade contratante
(Nome, cargo, matrícula e lotação)
CONTRATANTE

_____

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)
CONTRATADO